

**«FUNDIFRAN: 50 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA EM DEFESA DO
DIREITO À TERRA, ÁGUA E EMANCIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS».**

**DO ACESSO À TERRA À SOBERANIA ALIMENTAR:
FUNDIFRAN 50 ANOS EM DEFESA DOS DIREITOS
DA CLASSE TRABALHADORA (1971-2021)**



Volume 1



Dermeval Gervásio de Oliveira
Isabel de Jesus Souza
Cléber Eduão Ferreira
(Organizadores)

**DO ACESSO À TERRA À SOBERANIA ALIMENTAR:
FUNDIFRAN 50 ANOS EM DEFESA DOS DIREITOS
DA CLASSE TRABALHADORA (1971-2021)**

Ibotirama, BA
1ª Edição
2022

FICHA TÉCNICA:

FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
Rua Alcebiades Quintero, 432 - Centro - CEP: 47.520-000, Ibotirama - BA.
fundifran50anos@gmail.com | fundifran.wixsite.com/fundifran

Diretoria:

Clidenor José dos Santos (Diretor-Presidente)
Taciana de Oliveira Carvalho de Araújo (Diretora Financeira)
Dermeval Gervásio de Oliveira (Diretor Operacional)

Organização:

Dermeval Gervásio de Oliveira, Isabel de Jesus Souza, Cléber Eduão Ferreira

Autores(as):

Thierry De Burghgrave
Ely Souza Estrela
José Carlos Barbosa Filho
Stéphane Charles Latarjet
Dermeval Gervásio de Oliveira

Revisão Ortográfica:

Júlio Ernesto Souza de Oliveira

Foto da Capa:

Arquivo da FUNDIFRAN

Arte da Contracapa:

Pita Paiva

Diagramação:

Cléber Eduão Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Dermeval Gervásio; Souza, Isabel de Jesus; Ferreira, Cléber Eduão (Organizadores)

Do Acesso à Terra à Soberania Alimentar: FUNDIFRAN 50 anos em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, Ibotirama, BA : Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN, 2022 (Coletânea 50 Anos FUNDIFRAN, Volume 1).

ISBN: 978-65-00-47036-9

1. História regional 1. História de outras regiões

CDD-990

“[...] Também foi colocado fogo nas casas. Queimaram as casas todas. O cara chegou lá sem o pessoal saber, com uma caminhonete, com um tambor de gasolina, e o cara jogou gasolina nas casas e botou fogo. Quase todas as casas queimaram. Uma comunidade, naquele tempo, de quase 200 famílias [...] Hoje deve ter umas 300 famílias, um Assentamento, um dos maiores da região. Cinquenta mil hectares”.

Clidenor José dos Santos
Diretor-Presidente da FUNDIFRAN
Depoimento 2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO (*Guiomar Germani*) | 07

APRESENTAÇÃO | 11

**O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NO SERTÃO
DO SÃO FRANCISCO, BAHIA** (*Thierry De Burghgrave*) | 13

**AÇÃO COLETIVA NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO:
O CASO DA FUNDIFRAN - 1971-2003** (*Ely Souza Estrela*) | 20

**FUNDIFRAN: IMPLANTAÇÃO E ATUAÇÃO NO MÉDIO SÃO
FRANCISCO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**
(*José Carlos Barboza Filho e Stéphane Charles Latarjet*) | 51

FUNDIFRAN: MISSÃO E DESAFIOS NO SÉCULO XXI
(*Dermeval Gervásio de Oliveira*) | 64

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101



PREFÁCIO

A “Coleção 50 Anos da FUNDIFRAN” é lançada em um momento muito oportuno para contar o que fez a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) em meio século de sua existência, no apoio à **Luta e Resistência em Defesa do Direito à Terra, Água e Emancipação das Famílias Camponesas**.

Ao conhecer a proposta da coleção, foi como se ouvisse Elis Regina cantar, lá em 1978, que “o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir [...] se muito vale o já feito, mais vale o que será”. Hoje, os organizadores da coleção “50 anos da FUNDIFRAN” – Dermeval Gervásio de Oliveira, Isabel de Jesus Souza e Cleber Eduão Ferreira – vão seguindo a canção de Elis e contando na forma de textos, artigos, depoimentos e documentos o que fez a FUNDIFRAN nesse meio século de sua (re)existência. E mais, contam o que estão fazendo hoje e anunciam como prosseguirão. Tem muita vida para além dos 50 anos!

A coleção apresenta relatos emocionantes de quem construiu a história da FUNDIFRAN através do trabalho persistente, árduo e cotidiano, ao lado de textos e depoimentos de quem estuda, pesquisa e acompanha essa construção e busca revelar o compromisso e amorosidade que alicerça esse processo e projeto.

Faço parte desse último grupo e tive, juntamente com o Grupo de Pesquisa GeografAR, o privilégio de poder acompanhar o trabalho da FUNDIFRAN em algumas frentes. Desde quando sua área de atuação se denominava “Médio São Francisco”, seguindo a sua redefinição e rebatizada como “Território do Velho Chico”, no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial, implantada pelo governo federal em 2003 e pelo governo do estado da Bahia, em 2007, oportunidade em que pude confirmar o papel mobilizador da FUNDIFRAN na construção e controle social das

políticas públicas. O trabalho incansável na construção dos Planos Territoriais, mas em especial o conhecimento da realidade e a enorme capacidade de chamar à ação e à participação das comunidades organizadas, marcaram um diferencial na qualidade das propostas, tendo a garantia de acesso à terra e aos bens da natureza como eixo central e basilar para a produção. Estes são os princípios da atuação da FUNDIFRAN, que tem sempre como base, suporte e rumo a defesa das famílias camponesas de seus direitos territoriais e a garantia de acesso aos bens da natureza, condição de sua reprodução e de suas vidas.

Adentrando nas áreas históricas dos Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, participando de seminários, oficinas e encontros, ficava evidente a clareza, firmeza e potencialidade das organizações camponesas e suas lideranças, quase todas forjadas pelo trabalho de formação da FUNDIFRAN. São sementes plantadas que, nesses 50 anos, produziram, reproduziram e continuam semeando e colhendo “sementes selecionadas”, que alimentam e garantem as energias nas lutas e resistências camponesas.

Esta coleção será lida pelos que acompanharam e fizeram essa história, pelos que conhecem a FUNDIFRAN sem conhecer a abrangência temporal, espacial e temática de sua atuação. Será lida também pelos que passarão a conhecê-la através desta publicação. Ficará claro que a organização das resistências aos enfrentamentos não nasce espontaneamente; assim se revela a importância das mediações e da formação que contribui para identificar as causas de tantas injustiças e violências.

Os 10 volumes desta coleção, que começa com o lançamento de quatro volumes, vão relatando uma caminhada histórica, desde a sua origem até os dias atuais. Vão abordando as diferentes dimensões que recompõem as práticas da vida nas

comunidades camponesas na terra, matas e nas águas. A resistência e luta para garantir o acesso à terra e água, à reforma agrária, mas também às dimensões da cultura, da educação e o desafio da produção de qualidade que alicerçam a vida camponesa no Velho Chico.

Nestes quatro primeiros volumes, é surpreendente observar como nos tempos de chumbo da ditadura militar alguns religiosos e leigos encontravam coragem para acolher os camponeses perseguidos e expulsos de suas terras – atingidos pelos “créditos produtivos” que valorizaram e colocaram seus territórios no palco das disputas –, e contribuíram para organizar a resistência e os enfrentamentos.

Mas o que mais surpreende é que as mesmas questões que deram origem à FUNDIFRAN permanecem até hoje ativas, como que impregnadas numa estrutura de poder que impede o reconhecimento dos direitos territoriais dos camponeses.

Mesmo passando dos tempos de chumbo ao tempo de esperança e entrando no atual período – inimaginável – de trevas e de retrocessos, persistem as questões estruturais, e muito pouco ou quase nada se move. Mas os novos tempos apontam a abertura de novas frentes de resistência e de estratégias, plantando sementes de esperança, construindo uma “resistência produtiva” que vai se dar também no enfrentamento de um novo modelo de produção, com as práticas agroecológicas que saem da invisibilidade e adquirem novas possibilidades de afirmação.

Nada melhor nesses tempos sombrios do que lembrar o que já se passou e se enfrentou, e apesar disso a vida continua pulsando... e cantamos o *Credo*, com Milton Nascimento: “Tenha fé no nosso povo que ele resiste/ Tenha fé no nosso povo que ele insiste/ E acordar novo, forte, alegre, cheio de paixão [...] Tenha fé no nosso povo, que ele acorda/Tenha fé no nosso povo, que ele assusta” e continuará “Acendendo a esperança e apagando a escuridão”.

Parabéns aos organizadores da coleção “50 Anos da FUNDIFRAN”!

Obrigada à FUNDIFRAN e a todas as pessoas que a construíram!

Vida longa para termos a satisfação de vermos o rio São Francisco aguando a construção de um mundo melhor e mais solidário!

Guiomar Germani
Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA)

APRESENTAÇÃO

O lançamento da “*Coleção 50 Anos da FUNDIFRAN*” traz vários volumes, com o objetivo de registrar as ações históricas da Entidade ao logo de seus 50 anos de trajetória a favor dos camponeses e camponesas da reforma agrária, dos fundos de pastos, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e dos agricultores e agricultoras familiares do Médio São Francisco, Bahia.

Este volume será dedicado à institucionalidade da FUNDIFRAN, trazendo a sua história, conflitos de identidade, ações, sustentabilidade e perspectivas. Traz informações relevantes sobre a sua influência em outros países, sua história, ações e os desafios para manter o seu trabalho a partir da retirada do aporte da Cooperação Internacional. Traz o registro de sua trajetória na região do Médio São Francisco na assessoria das comunidades e movimento sociais na luta pelos seus direitos à terra, água e pela emancipação do Camponês e da Camponesa, entre a sua constituição (1971) até o seu cinquentenário (2021), ano impactado pela pandemia do Coronavírus.

A FUNDIFRAN, nesses 50 anos, teve uma contribuição importante no desenvolvimento integrado da Bacia do São Francisco, portanto, a intenção com este documento é trazer alguns registros e reflexões que sirvam de referencial para pesquisadores/as e interessados/as na história da organização.

À Diretoria



D. Thiago

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, BAHIA

Thierry De Burghgrave¹

Ao celebrar os 50 anos da FUNDIFRAN, convém lembrar de alguns episódios de sua história, talvez muito pouco conhecidos hoje em dia, que aconteceram na Europa no início dos anos 70 do século passado e que merecem ser mencionados, porque fazem parte da história da entidade. Muita gente ouviu falar e trabalhou em prol deste Projeto de Desenvolvimento na Europa antes de ser concretamente implantado e nos anos iniciais de seu funcionamento.

É uma parte da história que merece ser resgatada! Fiz parte dela! Por isso, proponho lhes contar um pouco desta história, porque se ela faz parte da FUNDIFRAN, ela representa para mim um capítulo que daria um rumo completamente diferente à minha vida e possibilitaria o meu engajamento de longos anos a serviço da Educação do Campo, através das Escolas Famílias Agrícolas e da Pedagogia da Alternância no Brasil.

Meus primeiros contatos com a FUNDIFRAN, na Bélgica em 1971, aconteceram através de um encontro com o Jesuíta brasileiro Luiz Ferdinando Torres da Costa e Silva (Pe Fred). Economista de formação, com cursos em uma Universidade de Paris, culto, poliglota e extremamente convincente quando falava do grandioso projeto de desenvolvimento que pretendia implantar no sertão do São Francisco, na Bahia.

O contato com Fred Costa foi marcante por vários motivos. O homem tinha um papo extremamente envolvente, quente, tocava no íntimo da gente. Primeiro porque desfazia a imagem extremamente estereotipada que tínhamos do Brasil na Europa. O que sabíamos do Brasil pouco passava de carnaval e futebol. Afinal era a época de ouro do futebol brasileiro que encantava o mundo com os extraordinários Pelé, Tostão, Gerson, Jairzinho, Rivelino e outros tantos.

Trazia uma visão realista da situação no Brasil do momento. Um Brasil em plena ditadura militar, se debatendo com o famigerado AI-5 da vida, regime autoritário, repressor, violento em que a noção de direitos humanos não fazia parte da ordem do dia.

Ao mesmo tempo retratava o povo brasileiro de maneira respeitosa, exaltando suas qualidades humanas e sua enorme e variada riqueza cultural e criativa, destacando, sobretudo o povo nordestino, na sua pobreza e nas suas lutas contra as secas e as estruturas fundiárias baseadas num latifúndio cruel, com características feudais.

Contava como a ideia da FUNDIFRAN no sertão da Bahia, mais precisamente na região da Barra, tinha nascido de uma conversa com Dom Helder Câmara, esse símbolo de resistência ao regime ditatorial, infelizmente ainda pouco reconhecido nacionalmente, revelando ao mesmo tempo o importante papel assumido pela Igreja Católica, através da CNBB, nesses tempos controversos.

Tudo isso nos impressionava muito, principalmente aos jovens, idealistas, produtos de movimentos de juventude cristãos e sofrendo as influências renovadoras anunciadas pelo Concílio Vaticano II.

Destes contatos, nesta época do início da década de 70, com o Fred e depois com outro grande protagonista da FUNDIFRAN, o bispo Dom Tiago Cloin, nasceu na França e na Bélgica, principalmente, um grupo de jovens e adultos ligados espiritualmente e intelectualmente ao Projeto da FUNDIFRAN e à problemática do desenvolvimento nos países então chamados do “terceiro mundo” ou em via de desenvolvimento. A noção recém-descoberta de desenvolvimento integrado, principalmente, chamava a atenção de ONGs e de grupos preocupados com o futuro do planeta. Começava a se descobrir a necessidade de associar as populações locais às decisões e planejamentos das ações de desenvolvimento mais sustentáveis.

Este grupo tinha uma vida própria bastante ativa. Encontrava-se com regularidade para debater a situação no Brasil, acompanhar o avanço da implantação da FUNDIFRAN na Diocese de Barra, organizava ações de divulgação e de conscientização, participava de campanhas de arrecadação de fundos. Alguns membros mais destacados até viajaram para o Brasil, para conhecer a realidade e contexto socioeconômico em que devia ser implantado o projeto.

Alguns momentos eram reservados também a uma reflexão de ordem mais espiritual que significava a mística que unia profundamente os membros desse grupo. A ideia mestre era tentar vivenciar uma “partilha” na forma de um intercâmbio para com os povos sofridos do Brasil e de outros países, apesar das grandes distâncias que os separavam.

Afinal, os dois maiores interlocutores por parte do Brasil eram religiosos, mas muito abertos, discretos e ecumênicos, sem jamais usar de proselitismo algum.

De tudo isto resultou que alguns membros do grupo, profundamente tocados pela mística deste movimento e movidos pelo sentimento de universalidade entre os homens, tomaram a decisão de se colocar a serviço integral do projeto no Brasil, dispostos a enfrentar esta migração radical para viver mais intensamente e de maneira mais concreta o ideal nascido de toda esta caminhada.

Não havia, todavia, uma definição clara do trabalho que se iria realizar no âmbito do projeto global. A filosofia era estar presente no meio de povo, numa atitude de humildade, de serviço e de solidariedade. As coisas iam se definir pouco a pouco, com o tempo e a maior apreensão da realidade local. Essa falta de realismo e de clareza iria se tornar uma das causas do desânimo que tomaria conta de alguns, precipitando as suas voltas após algum tempo.

Fiz parte naquela época destes voluntários, junto com outros, famílias inteiras e solteiros. Fomos encaminhados pelo Comitê Intergovernamental das Migrações Europeias (CIME) e chegamos ao Brasil, em 1972, em dois grupos: um casal com dois filhos pequenos e dois solteiros numa primeira leva, seguido de outro grupo também composto de casal com filhos e um solteiro. Devíamos ser inseridos em algumas ações que naquele tempo engatinhavam na região da Barra. Alguns tinham formações técnicas específicas, outros sem formação definida. Um desses casais trazia consigo uma oficina mecânica completa a ser implantada na sede da FUNDIFRAN, na cidade da Barra.

Após um pequeno período de adaptação no Rio de Janeiro e em Salvador, viajamos sertão adentro rumo ao São Francisco e a sua dura realidade. Nunca vou me esquecer desta primeira viagem de ônibus de Salvador até Xique-Xique e de lancha daí para Barra! De Feira de Santana em diante, estrada de chão, poeirenta e calorenta, parando a toda hora para embarcar e desembarcar a brava gente, num indescritível clima de feira livre! Conheci aí a primeira de muitas indisposições gástricas pelas quais os delicados organismos europeus tinham que passar para adquirir o direito de cidadania local! Ao chegar ao cais de Barra precisamos de ajuda para desembarcar a bagagem porque a água do rio não permitia que a lancha acostasse. Rapidamente uns meninos espertos se prontificaram para levar as malas até o cais. Um deles olhou para minha cara e me perguntou: O Sr. é Padre? Depois de minha resposta negativa, tirou a conclusão com a maior naturalidade: “Então é Americano!”. E pronto! Estava fichado!

Não imaginávamos o tamanho do desafio que nos esperava, uma vez inseridos na realidade nordestina. Íamos sentir na pele os efeitos desestabilizadores da migração, mesmo sendo ela desejada, consentida, voluntária. Efeitos de diversas naturezas: tanto de ordem psicológica quanto física.

Fiquei hospedado numa casa da Diocese, perto do bispado, junto com o padre gaúcho Fleig - que iria encontrar a morte prematuramente em acidente de carro -, o irmão jesuíta americano Guilherme - homem que resolvia os problemas de manutenção do patrimônio diocesano -, um aspirante a Jesuíta americano também, engenheiro civil que fazia aí uma espécie de estágio e um conterrâneo meu, Paulo, técnico agrícola que tinha vindo comigo.

A Diocese de Barra, na época, era uma verdadeira torre de Babel. Além das nacionalidades citadas acima, havia uma equipe de padres e irmãos italianas na sede e nas paróquias do interior havia padres holandeses e austríacos. Pouquíssimos padres brasileiros, de idade avançada!

A FUNDIFRAN era uma realidade, sim, porque existia institucionalmente, legalizada, com papel passado em cartório, mas não passava muito disso nesse finzinho do ano de 1972. Além de um escritório de apoio em Salvador, contava com três polos de atuação, Barra - sua sede -, Xique-Xique e Ibotirama. A cidade da Barra que tinha perdido sua importância econômica regional devida à desafetação do tráfico fluvial em favor das rodovias que começavam a ser construídas, era parada no tempo, isolada geograficamente, de difícil acesso, apelidada pelos seus habitantes de “Barra do já teve”! (ou do “já era”).

O movimento de implantação da FUNDIFRAN tinha causado grande impacto inicialmente, na esperança de geração de emprego e de regeneração econômica. Mas rapidamente esta esperança inicial esfriou, pela simples razão que milagres instantâneos assim não existem.

Havia uma equipe de três técnicas em educação de base que faziam um trabalho nas pequenas comunidades rurais ao redor da Barra, inspirado na filosofia do Movimento de Educação de Base (MEB) da CNBB. Trabalho louvável, mas impregnado do conceito de “paciência histórica”, o que causava às vezes uma certa contradição com o espírito mais empreendedor e mais imediatista da diretoria da FUNDIFRAN.

Eu me lembro que uma das ações mais impactantes nesse período foi na área da saúde. Uma equipe de três jovens médicos começou a desenvolver um trabalho de assistência sanitária em apoio ao trabalho desenvolvido em pequenos ambulatórios espalhados na vasta área da Diocese. A noção de “medicina preventiva” começava a ser trabalhada e ações educativas eram desenvolvidas com este propósito.

A diretoria planejava projetos produtivos ambiciosos e priorizava uma busca incessante de recursos que parecia não ter fim e que consumia a maior parte do tempo e das energias dos responsáveis administrativos.

Esses problemas enfrentados pela Fundação representavam no fundo etapas inevitáveis para organizações deste tipo. Não foi fácil nem rápido encontrar o caminho certo, o ritmo de cruzeiro. Exige tempo, travessias duras e turbulências fortes e variadas! Muita gente se desgastou e deu o melhor de si para contribuir como pôde no êxito do empreendimento.

Quanto a nós, voluntários europeus, pouco nos envolvíamos nesses planos e nessas buscas! Para dizer a verdade, nos sentíamos um tanto quanto alheios à vida da FUNDIFRAN e às suas ações e esforços. Isto foi outro fator de desânimo que tomou conta de alguns dos nossos bravos migrantes: um sentimento de “peixe fora d'água” que invadiu nossas mentes. Com certeza foi uma passagem bastante desgastante do ponto de vista psicológico. Começamos a duvidar da sensatez da nossa decisão de participar dessa maneira da aventura! Alguns, de fato, desistiram mais cedo, outros aguentaram mais um tempo, tomaram outros rumos, no Brasil, ou de volta ao torrão natal.

Não escapei dessa crise existencial. Mas na época tinha conseguido me inserir numa equipe pastoral e desenvolvi neste âmbito uma espécie de trabalho de animação com a juventude local. Na cidade de Barra, no bairro do Alto da Santa Cruz, primeiro, e em seguida em algumas viagens pastorais, acompanhei o padre e o bispo nas andanças no interior.

Antes que a crise se tornasse insuperável, descobri, graças à FUNDIFRAN e especialmente à figura de Fred Costa, o projeto das EFAs que fui conhecer no Espírito Santo e depois, com a Paróquia de Brotas de Macaúbas, ajudei a implantar na Bahia. Essa descoberta ia me permitir encontrar um rumo mais seguro e duradouro que estou seguindo até hoje, mesmo aposentado!

Mesmo tendo me afastado da FUNDIFRAN ainda no início de sua longa e bonita trajetória, em volta de 1974, para me dedicar às EFAs, estou imensamente grato e não escondo o meu sentimento de reconhecimento à mesma, por ter me proporcionado esta oportunidade única de poder viver aquele ideal, vislumbrado há cinquenta anos, lá na Europa, depois dos contatos iniciais com os brasileiros citados.

Notas:

¹ Trierry De Burghgrave foi Cofundador da FUNDIFRAN, da Escola Comunidade Rural (ECR) de Brotas de Macaúbas, educador da Pedagogia da Alternância formado no Centro de Formação e Reflexão do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal).

AÇÃO COLETIVA NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA FUNDIFRAN (1971-2003)^{2 3}

Ely Souza Estrela⁴

Introdução

Entidade pioneira e das mais representativas da ação coletiva do Alto-Médio São Francisco, a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), criada pela Diocese de Barra em 1971, tinha como meta a promoção humana no Vale do São Francisco. Neste artigo busco deslindar a atuação da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN no Médio São Francisco Baiano, destacando suas propostas, seu papel nos conflitos fundiários da região e ligação com o movimento social.

Histórico da FUNDIFRAN

A FUNDIFRAN foi criada em 6 de agosto de 1971, como entidade jurídica ligada à Diocese de Barra - Bahia, localizada no Vale do São Francisco, mais precisamente no Médio São Francisco⁵ uma das áreas mais pobres, isoladas e “atrasadas” da Bahia, pela iniciativa do Bispo D. Thiago Gerard Cloin⁶ (1967-1976) e do Padre jesuíta Fred da Costa e Silva - o primeiro presidente da entidade.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a FUNDIFRAN foi criada por influência do intenso momento de transformação pela qual passava a Igreja Católica⁷. D. Tiago Cloin, segundo entrevistados, havia abraçado a concepção de uma Igreja militante, em consonância com princípios daquilo que se configuraria como a Teologia da Libertação.

Tendo isso em vista, não titubeou quando o Padre Fred chegou a Barra propondo a criação de uma entidade voltada para o combate à pobreza e ao desenvolvimento social. Para tanto, colocou todos os bens da Diocese à disposição da entidade e mobilizou seu pequeno corpo de auxiliares.

Embora constituída por um clero diminuto, naquele momento, a Diocese de Barra era considerada rica, pois, além do Palácio Episcopal e várias edificações na sede episcopal, possuía as duas fazendas. Convém salientar que a propriedade desses bens, especialmente das fazendas, causava constrangimento ao bispo, que desde que chegara a Diocese demonstrara interesse em se desfazer das mesmas, uma vez que a II Conferência de Puebla preconizava uma Igreja voltada para os pobres e desprendida de bens materiais. Também os diretores e técnicos da FUNDIFRAN passaram a questionar a condição de grande proprietária de bens imóveis da Diocese, preconizando a venda imediata de uma das fazendas. Contudo, a entidade defendia a continuidade do controle da fazenda Bethesda, visando transformá-la numa fazenda modelo; um campo de experimentações no que diz respeito à irrigação, uso de sementes melhoradas e de gado de raça. Pelos planos da FUNDIFRAN, a Fazenda Bethesda funcionaria com uma espécie de referência para os camponeses, uma vez que desenvolveria projetos de inovações técnicas e de convivência com o semiárido. Em que pese os esforços dos técnicos, as ações desenvolvidas na fazenda, ao que consta, não obtiveram sucesso e ela era considerada deficitária.

Para levar a efeito a criação da entidade e em cumprimento às exigências legais, a mesma recebeu em doação vários bens da Diocese, inclusive, o Palácio Episcopal, fato que causou estranhamento aos paroquianos, especialmente, à elite econômica barrense, que, a despeito de momentâneo entusiasmo em relação à entidade, passou a mantê-la sob suspeição, não envidando esforço em combatê-la.

A doação desses bens, convém reiterar, constituía-se em ponto de tensão, envolvendo, além das elites barrense, párocos não identificados com as ações da FUNDIFRAN (alguns, inclusive, jogavam no campo da esquerda, como era o caso do pároco de Xique-Xique) e paroquianos. Esses grupos, articulados ou não, sempre moveram ações no sentido de questionar a doação, pregando a total devolução dos bens consignados à entidade.

Após a criação da entidade, seus mentores partiram em direção a vários países da Europa, bem como dos Estados Unidos e do Canadá, visando angariar recursos para os projetos que tinham em mente desenvolver junto às comunidades mais carentes da Diocese de Barra.

Desde o princípio de sua atuação e por mais de uma década, a entidade contou com o apoio de várias agências internacionais sediadas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, pois, naquele momento, havia um clima favorável por parte da chamada cooperação internacional em atuar na América Latina e no Caribe. Ambas os recortes histórico-espaciais apresentavam razoável desempenho econômico, mas tinham péssimos indicadores sociais. Além do mais, na América Latina, a exceção da Venezuela e da Colômbia, vivia-se sob a égide dos regimes de exceção e nelas registravam-se a atuação de grupos guerrilheiros de caráter marxista e ou nacionalista. Convinha, portanto, à cooperação internacional dar suporte as entidades que defendessem a democracia, a justiça social e a participação popular.

Além de contar com apoio da cooperação internacional, em 1973, a FUNDIFRAN tornou-se parceria do governo federal, através de assinatura de convênio com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O convênio visava a

de ambulatórios. Dois foram instalados na sede municipal de Barra e de Ibotirama. Além deles, foram criados miniambulatórios em Buritirama e outras localidades da Diocese. De modo geral, os ambulatórios prestavam serviços de clínica médica, atendendo basicamente pacientes que alegavam sofrer de “doenças de pobreza”, dentre outras. Periodicamente, os ambulatórios promoviam campanhas de saúde bucal e procediam a extrações dentárias. Também promoviam campanha de vacinação (especialmente varíola) e ofereciam curso de formação de parteiras leigas. Aliás, o corpo de funcionários dos ambulatórios era muito respeitado nas localidades nas quais atuaram e até hoje antigos pacientes se lembram dos funcionários com simpatia.

Dentro do caráter formativo e educativo a comunicação social tinha papel de relevo. Para isso, a entidade montou em vários municípios da Diocese um sistema de rádio local - através de alto-falantes. Logo após, investiu na criação de rádios difusoras de caráter educativo e comunitário - nos moldes das atuais rádios comunitárias -, nos municípios nos quais atuava diretamente - Barra, Xique-Xique e Ibotirama, obtendo, segundo relato de dois entrevistados, recursos no exterior par tal fim. Enviada ao Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), a proposta foi indeferida. A negativa do órgão ligado ao Ministério das Comunicações, certamente se deu em razão da desconfiança e das reservas que a atuação da entidade despertava, especialmente nas elites políticas dos municípios nos quais atuava mais diretamente.

Os 26 municípios que compunham a Diocese, à época da fundação da entidade, eram dominados por uma oligarquia regional, materializada no coronelismo, no clientelismo e no mandonismo local. Embora as principais lideranças do regime militar (1964-1985) atacassem as práticas coronelísticas, as oligarquias regionais deram-lhe apoio, recebendo em troca sustentação, consubstanciada em políticas voltadas para o atendimento de suas demandas e interesses e para manutenção de sua clientela. Também continuaram a usar e abusar do uso da força contra os movimentos sociais/de trabalhadores ou contra quem quer que seja que questionasse seus poderes e práticas. Especialmente, no Médio São Francisco, tradicionalmente marcado pela violência e pelos desmandos dos coronéis, o cerceamento era sufocante. Foi nesse quadro que a FUNDIFRAN passou a atuar.



A atuação e projetos

O organograma da FUNDIFRAN compreendia uma direção, uma secretaria executiva⁸ e três equipes técnicas. Pelo menos em tese, as coordenadas e linha de atuação eram determinadas na Assembleia Geral, realizada anualmente. O trabalho de campo se consubstanciava através das equipes situadas em Xique-Xique, Ibotirama e Barra.

Este último município sediou a entidade até meados de 1980, quando o escritório central foi transferido para Xique-Xique (1986-2000) e, posteriormente, para Ibotirama, onde se encontra na atualidade. A Assembleia Geral era composta por uma miscelânea de forças representativas de várias instâncias de poderes ou grupos sociais e classistas⁹ (QUEIROZ JÚNIOR, 1990, p. 4), evidenciando a preocupação da entidade em desenvolver projeto considerado inovador, conciliando interesses, sem confrontar as forças do regime e sem despertar aberta oposição das oligarquias regionais.

O número de presentes às assembleias anuais não permite afirmar se todos os membros com direito a voto prestigiavam o ato, mas importa reconhecer que a composição da Assembleia, dentre outras ações e práticas, joga por terra, a concepção de que FUNDIFRAN a entidade nasceu marcada pelo contraponto com o capital e de oposição ao regime. Importa chamar a atenção para um rico imaginário criado em torno da entidade. Qual era esse imaginário? Havia um estigma de que a entidade fora constituída com a finalidade de contestar as oligarquias regionais e de marcar um campo de atuação que minasse seu poder colocando o socialismo como perspectiva.

Na verdade, esse imaginário não era novo nem foi criado pelas oligarquias sanfranciscanas. Interessava as forças dominantes associar a atuação das ONGs à contestação ao sistema vigente e colocá-las na órbita dos interesses do comunismo internacional¹⁰. Suspeitando de tudo que pudesse representar risco ao seu domínio e interesses, as elites dos municípios de Barra, Ibotirama e Xique-Xique, em especial, sabidamente reproduziram o discurso, disseminando-o entre as comunidades alvo da entidade. Em relação ao fato, não podemos desconsiderar dois aspectos importantes. Primeiro, a FUNDIFRAN nasceu sob o signo do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medelim, tendo seus fundadores simpatia pela Teologia da Libertação.

Segundo, a maioria de seus técnicos e assessores era jovens recém-formados, muitos deles simpatizantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), afinados com a perspectiva da transformação social. Em geral, vinham dos centros urbanos (alguns do Centro-sul) e traziam consigo costumes e atitudes diferenciadas. Certamente isso impactava a população local, causando suspeição e estranhamentos, inclusive, do clero diocesano. Segundo, devido ao atraso da região e a obtusidade de suas elites, quaisquer agentes políticos que não estivessem sob seu controle e atrelados aos seus desígnios representavam, ameaça, devendo ser vista sob suspeição e conforme o caso, combatida. Não é por outra razão que a despeito de protagonizar um projeto dentro dos marcos do capital (e poderia ser diferente?), a entidade passou a ser vista como subversiva, sofrendo isolamento e perseguições em todos os municípios nos quais atuava. E as perseguições passaram a ser mais virulentas, cada vez que a entidade se enlaçava na defesa dos camponeses expropriados. Esses jovens tinham comportamentos e atitudes dissonantes, reforçando o imaginário criado a respeito deles e da entidade na qual trabalhavam. Sobre esse imaginário, um entrevistado relata um fato bastante curioso e ilustrativo:

Senhor Betinho: A FUNDIFRAN tinha um trabalho numa ilha.

Ely: Como era o nome?

Senhor Betinho: Ilha do Amalhador, em Xique-Xique. Isso aconteceu com o Thomé e com o Dr. Edvanir [José Edvanir]. Na Ilha do Amalhador, as pessoas eram muito desconfiadas com a FUNDIFRAN, com essa história de comunista. Ia haver um encontro aqui na Barra. Eles foram convidados para uma reunião, mas ninguém quis vir. Aí, um senhor, um tal de Zé Baiano. Ele até morreu tem pouco tempo. Ele disse que vinha para a reunião. Quando o pessoal da FUNDIFRAN saiu... O pessoal disse: mas rapaz você não vai... Logo, Edvanir usava o cabelo muito grande, até ele parecia, lembrava a figura de Tiradentes. Barbudo e os cabelão liso assim... bem cumprido. O pessoal falou para ele na vir. [O senhor] ficou desconfiado e disse o pessoal vai me matar por aí. Mas, ele disse: agora não tem mais jeito. Já dei minha palavra. O pessoal disse: não volta de jeito nenhum. Insistiu que ele não viesse. Ele queira cumprir a palavra. Tudo bem, o que ele fez? Pegou uma faca, afiou e dizia: eles podem até me matar, mas eu, se eu puder eu mato eles primeiro. Afiou uma faca e levou porque se houvesse qualquer reação, ele está pronto para reagir. Quando foi na hora marcada, o pessoal passou lá com a lancha. E ele embarcou na lancha. Vinha na lancha, além do piloto, mais uma moça que trabalhava - uma técnica - Ivete. E Edvanir também. Thomé muito brincalhão.

Ely: Thomé Carneiro?

Senhor Betinho: Thomé Carneiro. Naquele tempo, como nas comunidades não tinham alojamento... Eles usavam rede nas comunidades. Eles traziam. Esse senhor, Zé Baiano viajou desconfiado, só viajou porque tinha dado a palavra, não voltava atrás. Ele viu a corda e perguntou: Thomé pra que essa corda? Thomé era muito brincalhão e disse: para te amarrar e jogar dentro do rio. Aí Zé Baiano... o velho ficou apavorado.

Mas, aí vai, vem, muita brincadeira. Ele ficou na dele. E não aconteceu nada... E ele ficou na dele. Só esperando. Na reunião, muito falatório e a comida era farta... Eu sei que Zé Baiano fez foi adorar o diacho da reunião. Quando chegou lá [na Ilha do Amalhador], ele disse: não perco mais uma reunião da FUNDIFRAN. Eles não matam ninguém, não joga ninguém no rio e tem muita comida¹¹.

O imaginário chegou a ser tão disseminado entre as comunidades, que no fundo, até seus beneficiários nutriam dúvidas em relação ao significado e aos propósitos da mesma. Sensível a isso, a equipe de avaliação externa em visita às comunidades de Xique-Xique instou os beneficiários a falarem sobre a entidade. Um dos entrevistados disse: “Ninguém conhece a FUNDIFRAN. Nunca vi o chefe da FUNDIFRAN e então não sei explicar. Quem é o chefe? De onde vem?” (1982, p. 41). No mesmo diapasão, disse outro: “Continua a desconfiança do povo com a FUNDIFRAN... comunista. Dinheiro vem não sei de onde” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 1982, p. 41). No mesmo relatório, mas numa comunidade atendida pelo escritório de Ibotirama (comunidade de Alegre), a equipe registrou as seguintes respostas a pergunta: “O que vocês acham que é a FUNDIFRAN?” “A FUNDIFRAN é um órgão para ajudar os pequenos lavradores. Outros disseram que é um órgão para desenvolver a mente dos pobres, para um caminho melhor. Outros acharam que ela é comunista” (1982, p. 190). A equipe registra a seguinte resposta para a pergunta: “Vocês sabem de onde vem este dinheiro que a FUNDIFRAN labuta e com ele paga o pessoal que trabalha nela, que empresta?” “Uns disseram que era do Bispo D. Orlando, outros do Bispo de Recife e um do Barreiro, disse que era do comunismo” (*idem, ibidem*).

Padre Luiz Ferdinando Costa e Silva (padre Fred)¹² relatou que, por várias vezes, D. Avelar Brandão Vilela - arcebispo primaz da Bahia - o convocou para comunicar que recebera queixa sobre a FUNDIFRAN e que algumas vezes fora chamado para prestar esclarecimentos sobre a atuação da entidade no IV Exército. Os relatórios da FUNDIFRAN referem-se às perseguições e aos processos movidos contra a entidade. Na “abertura democrática”, o escritório em Ibotirama foi invadido pelo delegado do município visando intimidar membros de sua equipe técnica¹³.

A direção da FUNDIFRAN era composta pela presidência e vice-presidência, por um secretário geral e um tesoureiro. Além disso, havia um conselho fiscal e mensalmente havia uma Assembleia Ordinária. A diretoria tinha mandato de 2 (dois) anos, com direito a recondução. O primeiro presidente da entidade foi o padre Fred Costa e Silva que foi reconduzido ao cargo até 1978, quando perdeu a presidência para o bispo D. Orlando Otacílio Dotti, que era seu vice-presidente desde 1976. Visando dar funcionalidade à entidade, em 1978, foi criada a Equipe Técnica Central–ETC e também o Plano Orçamentário de Trabalho.

Quando da morte de D. Tiago, o novo bispo - D. Orlando Octacílio Dotti (1976-1983) -, aliás, com experiência no trato com fundações, empreendeu gestões para a paulatina devolução dos bens doados à entidade. Fato que se concretizou integralmente durante o zelo pastoral do Bispo D. Itamar Vian (1984-1995).

Após receber de volta alguns bens que repassara à entidade, a Diocese resolveu desfazer-se de parte de seu patrimônio, especialmente das fazendas. A primeira da qual se desfez era a mais extensa e ficava localizada no município de Barra. A referida fazenda foi dividida em três partes. Uma foi vendida, a outra foi dividida entre seus posseiros e agregados; a terceira parte foi doada aos posseiros expropriados de uma fazenda localizada em área hoje pertencente ao município de Muquém do São Francisco. Posteriormente (1982), a Diocese vendeu a Fazenda Bethsaide, não sem antes indenizar seus funcionários e os 12 posseiros que viviam nos povoados existentes dentro da Fazenda Angicos (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 1982, p. 126). Além da venda das fazendas, a Diocese vendeu seu rebanho (aproximadamente 250 cabeças) e doou várias residências aos seus moradores ou inquilinos. Segundo o ex-bispo de Barra D. Orlando Otacílio Dotti, parte dos recursos angariados com a venda da fazenda e do rebanho foram investidos na compra de 8 pequenos escritórios em Belo Horizonte e são os aluguéis destes imóveis que cobrem as despesas do Palácio Episcopal.

Além de contar com os bens patrimoniais da Igreja, a entidade mantinha convênio com a Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), mantendo projeto de medicina preventiva. Somente em meados de 1980, os dois ambulatórios foram desativados e os espaços nos quais funcionava, ao que tudo indica, foram repassados às prefeituras ou voltaram às mãos da Igreja (como é o caso de Barra).

Ainda não se dispõem de dados relacionados ao aporte de recursos remetidos à entidade pelas agências patrocinadoras de suas atividades, cabendo salientar, entretanto, que, no imaginário de alguns dos entrevistados, inclusive de ex-funcionários, a entidade tinha um orçamento superior ao dos três municípios nos quais atuava mais diretamente.

É bem provável que isso teria acontecido, pois a exceção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁴, as prefeituras não recebiam recursos regulares, dependendo das *benesses* dos políticos arenistas que tivessem mais proximidades com o governo do estado e ou com membros do escalão federal.

A partir de fins de 1980, os convênios firmados entre a entidade e essas agências sofreram reestruturação e muitos não foram renovados. Na atualidade, segundo informações, a entidade mantém suas atividades basicamente com recursos provenientes de convênios firmados com o governado federal e de fonte proveniente dos dois imóveis que se encontram alugados.

Linha de atuação

Traçado em linhas gerais o perfil da FUNDIFRAN, é possível pontuar sua identidade política? Analisando mais especificamente a relação das ONGs com o Estado, Ilse Scherer-Warren identificou quatro matrizes discursivas (ou seriam identidades políticas?), a saber: neomarxistas, teologia da libertação, neoanarquista e articulista (1995, p. 165). Para Ana Cláudia Chaves Teixeira (2003), o perfil traçado por Scherer-Warren contém limites e não dá conta da realidade do leque de ONGs atuantes no Brasil. Que diz Scherer-Warren sobre cada uma das linhas apontadas? Grosso modo, a primeira linha pensa as transformações no processo de lutas de classe e na tomada do poder do Estado; a segunda resulta da combinação do paradigma marxista à matriz cristã.

As ONGs que fazem parte dessa matriz valorizam o saber popular, a pedagogia do ver, julgar, agir¹⁵, a prática de apenas coordenar ou estimular grupos. A transformação, diferente da matriz marxista, passa pela ética e pela transformação cristã dos indivíduos. Outra diferença em relação à matriz marxista é que o caráter de direção dos movimentos está ausente. Não há necessidade de um partido que dirija as experiências dos movimentos sociais (TEIXEIRA, 2003, p. 52).

A matriz neanarquista pensa os sujeitos sociais na sua pluralidade e sob opressões múltiplas e oriundas de relações variadas. “Concebe a transformação como micrológica, cotidiana. Rejeita a política institucional (porque esta seria centralizadora e autoritária)” (*Idem, ibidem*, p. 54). Por fim, a matriz articulista está voltada para a organização da sociedade civil, implicando numa descentralização do poder.

Em qual dessas linhas se inscreve a experiência da FUNDIFRAN? É possível traçar nesses quase quarenta anos de atuação sua (s) identidade (s) política? Talvez não seja conveniente operar com o conceito de identidade política, mas de linha de atuação. Tendo isso em vista, convém reconhecer que a atuação da entidade, desde sua fundação até o momento, passou por três fases distintas. Em todas essas fases predominou o hibridismo.

Nas duas primeiras vigoraram uma junção entre o assistencialismo característico da Igreja Católica, aspectos da teologia da libertação e da linha articulista. Na terceira fase, parece haver uma junção da articulista e um forte espírito de sobrevivência.

A Primeira Fase

Da sua fundação até fins de 1970, a entidade adotou uma linha política voltada para a promoção social e apesar de se colocar como contraponto aos projetos desenvolvimentistas do Estado, em alguns aspectos operou como um braço dele, conseguindo no máximo, nas palavras de Luiz Gonzaga Queiroz Júnior, “substituir o coronel, o político, o Estado, dando aos trabalhadores a assistência necessária para manter a ilusão de que a conceitual 'participação' estava mudando toda lógica das relações sociais, de produção e de dominação tácita” (1990, p. 8).

Talvez o fato tenha ocorrido pela carência das comunidades e pelo reconhecimento de que os órgãos públicos estavam completamente ausentes de suas vidas e de que elas precisavam de amparo e assistência. No entanto, havia preocupação de que as ações e as diretrizes estivessem conectadas à realidade da população local e que contassem com sua participação. Fundamentada em pesquisa realizada junto aos principais municípios que formavam a Diocese (Barra, Barreiras, Xique-Xique, Ibotirama, Barra do Mendes e Irecê), a entidade implementou na região uma política que combinava ações assistenciais e de cunho político/formativo, assumindo no que diz respeito a alguns aspectos, de certo modo, o papel do Estado, passando a desenvolver ações nos campos da medicina preventiva, da educação, da higiene, bem como projetos de cunho comunitário, voltados à participação popular.

Os projetos voltados para o fortalecimento do campesinato e de caráter comunitário se consubstanciaram através do Fundo Agrícola Rotativo (FAR), consistindo em empréstimo de sementes e recursos aos pequenos agricultores sem juros. Poucos beneficiários pagavam os recursos tomados. No relatório externo dos anos de 1979-81 há registro de que “tudo indica que mais da metade dos lavradores financiados nos plantios de vazante e chuva permanecem em dívida com a FUNDIFRAN, no caso com a equipe de Xique-Xique (p. 19). Sobre isso relatou um beneficiário: “A gente nunca pagou. Não temos condições de retornar. Depois de dois anos sem pagar, achamos que a FUNDIFRAN não vai mais ter condições de nos emprestar” (1982, p. 42).

O Fundo de Ação Comunitário (FAC) consistia em apoio às obras de infraestrutura nas comunidades, tais como: construção de escolas, casas de farinhas, centros comunitários, entre outras. Dentro do espírito da promoção do “desenvolvimento comunitário” e de convivência com o semiárido, a entidade atuou na promoção da agricultura irrigada, obtendo, pelo que consta, sucesso em algumas comunidades, a exemplo de Estreito (município de Barra). No povoado de Palmeira (Central) desenvolveu diversas ações, consubstanciadas na criação de escolas, lavanderias e casas de farinha. O último povoado, segundo Sr. Betinho¹⁵ - motorista aposentado da entidade - o trabalho comunitário surtiu efeito e a comunidade começou a demonstrar autonomia, passando a realizar ações sem a presença dos técnicos da entidade. Além disso, o trabalho da entidade visava à formação política e comunitária do campesinato, tendo atuado, inclusive, na Diocese de Bom Jesus da Lapa, separada de Barra antes da fundação da entidade.

A Segunda Fase

Após a morte de D. Tiago Cloin, a entidade sofre ponto de inflexão. Em 1978, teve sua diretoria modificada, registrando-se, inclusive, disputa entre o novo Bispo da Diocese de Barra, Dom Orlando Octacílio Dotti e o presidente da entidade (e um de seus principais articuladores), o padre jesuíta Luiz Ferdinando Torres da Costa e Silva. Tudo indica que a contenda se deu em razão de dois projetos políticos que estavam em pauta na entidade. O grupo capitaneado por D. Orlando defendia projeto no qual a entidade se colocaria como assessoria às comunidades, continuando o trabalho formativo e à atuação política. Enquanto, o padre Fred pensava que a entidade deveria manter seu caráter formativo, mas com cunho empreendedor, buscando sua autonomia financeira, de modo a investir nas comunidades. Não é possível afirmar se naquele momento havia clareza quanto aos projetos, mas consta na ata de uma das Assembleias a proposta de uma sociedade da entidade com a Fazenda Mangal, do Grupo Roriz, através da qual, buscava-se captar recursos do Banco do Nordeste para financiamento de projetos de investimentos.

A proposta foi rechaçada. Contudo, tivemos acesso à documentação dando conta que a entidade chegou a comprar ações da empresa, que mais tarde faliu, tendo suas terras sendo desapropriada para fins de Reforma Agrária. Infelizmente, não sabemos como a FUNDIFRAN operou com o prejuízo e se foi ressarcida ou não pelo Grupo Mangal.

Após a saída do Padre Fred Costa e Silva, a entidade sofreu modificação no que toca à sua linha de atuação, tendo as atividades assistenciais e de fomento perdido espaço. A FUNDIFRAN redirecionava sua política, colocando-se como uma entidade de assessoria ao homem do campo, que no momento passava por pressões e agressões provenientes do latifúndio, da chamada modernização conservadora e das forças do Estado ditatorial.

A nova conjunta política, com certeza, teve papel destacado na mudança de posição da entidade. Derrotado nas eleições parlamentares de 1974¹⁶, o regime militar dava sinais de exaustão e logo em seguida, o presidente Geisel passou a falar em “abertura lenta, gradual e segura”. Em 1977, o movimento estudantil dava sinais de existência e a União Nacional dos Estudantes (UNE) era recriada em Salvador dois anos depois; os comitês de campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita cresciam e no ABC paulista, os metalúrgicos se levantaram, exigindo melhorias salariais e o fim do estado de exceção.

Nesse íterim, os chamados Novos Movimentos Sociais ganharam visibilidade (GOHN), 2006). Questionavam a ditadura e a violação dos direitos humanos e também as práticas políticas centralizadoras e com viés autoritários dos partidos operários de matriz marxista/leninista, apontando uma nova forma de participação política (GOHN, 2006; SADER, 1988). Em geral, esses Novos Movimentos Sociais eram estimulados e apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base e demais organismos ligados à Igreja Católica. Sem dúvida, as resistências empreendidas pelas

CEB e pelos Novos Movimentos Sociais, bem como de uma série de outros agentes de contestação concorreram para minar a sustentação ao regime militar. Desgastado pela crise econômica que se arrastava desde o choque do petróleo, em 1979, o governo do general João Batista Figueiredo assinava a Lei de Anistia, inaugurando, digamos assim, a chamada abertura democrática, preconizada pelo General Ernesto Geisel. A abertura democrática possibilitou a que as tensões existentes na sociedade aflorassem em toda sua dimensão. E isso aconteceu também no Vale do São Francisco.

O Vale do São Francisco é marcado pelo latifúndio e pela concentração fundiária¹⁷, portanto, as tensões estavam relacionadas, sobretudo, à questão da terra, uma vez que a área passou a ser vista pelas áreas de planejamento do governo federal como zona de fronteira agrícola. Na verdade, a intervenção no Vale do São Francisco antecedeu a chamada modernização conservadora do campo. Pode-se afirmar que, no período republicano, foi em fins dos anos 40 do século passado, que as políticas voltadas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco passaram a ser implementadas.

Exatamente, em 1948, para cumprir preceito constitucional, criou-se a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF). Recebendo o organismo dotação orçamentária de 1% da renda nacional, voltada às áreas de saúde, educação, transporte, energia, controle da utilização das águas, desenvolvimento da irrigação, reflorestamento e defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias. Articulada à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada uma década depois, a CVSF, que seria mais tarde substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), criada em 1967, e tempos depois pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada em 1974, implementou vários projetos que, sem dúvida, resultaram na criação de obras de infraestrutura e de polos de desenvolvimento como, por exemplo, o de Juazeiro/Petrolina.

Dentro dos marcos da política desenvolvimentista que se avizinhava, verificou-se, em 1945, também a criação da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco, responsável pela construção das Hidrelétricas de Três Marias (Minas Gerais), Paulo Afonso (Bahia/Pernambuco), Sobradinho (Bahia), Itaparica (Bahia/Pernambuco) e Xingó (Alagoas/ Sergipe). Também a construção de Brasília trouxe impactos à região do São Francisco, bem como a todo o oeste baiano.

No entanto, é a partir da década de 70 do século passado que se destaca uma maior intervenção governamental no MSF por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Neste diapasão, em princípios de 1970, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Dentre outros aspectos, o projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infraestrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias. Destacando-se a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama e mais tarde da ponte sobre o rio São Francisco no trecho entre a última cidade e o município de Muquém do São Francisco. Também a construção da rodovia Brasília - Ilhéus, passando pela cidade santuário de Bom Jesus da Lapa, propiciou desenvolvimento à região, pois é por esta rodovia que grande parte dos grãos produzidos em Barreiras (Bahia) e adjacências é exportada.

Na chamada transição democrática, o interesse pelo Vale do São Francisco parece ter se dobrado. A criação do Plano Diretor do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (PLANVASF) pelo governo federal em convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), como chama atenção José Jorge de Carvalho, marcaria profundamente a relação com a terra na região. Apresentado na Câmara dos Deputados em 1991, o PLANVASF, consistiria em um projeto voltado para a realização de irrigação, formação de empresas, intervenção na atividade pesqueira e na produção e beneficiamento de grãos (CARVALHO, 1996, p. 80), enfim na instalação do agronegócio.

As intervenções no Vale do São Francisco, com suas reverberações na região em estudo - o Médio São Francisco na sua porção baiana - efetivadas plenamente ou não, resultaram em profundas transformações no espaço sanfranciscano, destacando-se: o rompimento secular do isolamento da região, a ligação aos centros mais dinâmicos do país, a urbanização, a formação de uma classe média ligada aos setores de serviço e de uma burocracia de Estado. No entanto, ele foi ineficiente no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população ribeirinha e *beradera*¹⁸, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da região.

Esse conjunto de mudanças rompeu o secular isolamento da região, mas se mostrou ineficiente no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população ribeirinha e *beradera*, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da região. Na verdade, conforme salienta Luciene Rodrigues, persistem a hierarquização social e a desigualdade de condição de vida entre segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Para a autora, ao contrário de diminuir as desigualdades sociais na região, a ação do Estado “contribuiu para o fortalecimento da burguesia e a criação de uma classe média no setor de serviços” (RODRIGUES, 1998, p. 23). Além do mais, esses projetos foram incapazes de gerar números significativos de empregos, retendo a mão de obra antes dedicada à agricultura de subsistência. Pelo contrário, gerou expropriação, obrigando os camponeses à experiência da migração. Os campos “limpos” do trabalho camponês dariam lugar à soja, ao cultivo irrigado, à produção algodoeira, a pastagem e a área de reserva de valor de latifundiários e do agronegócio.

Diante da expropriação do campesinato, a FUNDIFRAN redirecionou sua linha de atuação, envolvendo-se em inúmeros conflitos na região, registrando-se, inclusive, o assassinato, em 1986, de um dos seus diretores, Josiel Lima - o Jota - e de um camponês ligado à entidade, Manoel Dias.

A Terceira Fase

Após 1990, a entidade passou por grave crise financeira, exigindo, inclusive, a extinção de cargos. Em seguida, a sede de Barra foi fechada e a de Xique-Xique passou a funcionar com limitações. Aliás, é a partir deste ano que, segundo Maria da Glória Gohn, “os movimentos sociais e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criados” (2006, p. 230). A crise tornou-se mais aguda durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, quando, como política de combate à inflação, confiscou-se poupadores e correntistas (que possuíam montantes acima do valor estipulado). Depois do confisco, segundo senhor Betinho, os funcionários da entidade ficaram um ano sem receber seus salários, recorrendo a empréstimos e auxílio de amigos e familiares. Ele mesmo vendeu um automóvel para sobreviver e emprestar recursos para os colegas e amigos.

Por conta da crise e das pressões das agências internacionais - alinhadas às diretrizes do Banco Mundial, como chama atenção Teixeira (2003, p. 109) -, a diretoria da FUNDIFRAN redirecionou mais uma vez sua política, assumindo seu papel de articuladora e mediadora na relação entre os camponeses e o Estado. Embora em nenhum momento tivesse abandonado o apoio às lutas dos camponeses em conflitos fundiários, adotou um viés agroecológico, de apoio ao associativismo e ao empreendedorismo rural.

Dispondo de um corpo técnico qualificado para os padrões regionais e com capacidade de articulação com os movimentos sociais atuantes na região, tornou-se, durante a primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entidade com maior canal de interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) na região, sobretudo, após sua escolha pelo Conselho de entidade que compõem o Território de Desenvolvimento Sustentável Velho Chico (estes territórios, atualmente, são denominados de Território de Identidade ou de Cidadania), em entidade *referência* ou *proponente* (junho de 2004), participando do Comitê Diretivo (ou Comitê Gestor) e do Núcleo Técnico do Território. Foi do seu quadro que saiu o articulador do Território.

Apoiando a organização dos trabalhadores e os movimentos sociais

Em que pese as dificuldades de definição de sua identidade política, mas ousada e demonstrando capacidade de articulação, a FUNDIFRAN participou de todos os momentos da vida política dos municípios nos quais atuava e apoiou todas as formas de organização dos trabalhadores da sua área de atuação¹⁹. A partir da consulta dos seus arquivos, têm-se informações de que a entidade apoiou a luta das oposições sindicais, dos pescadores; esteve envolvida na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); estimulou a luta das comunidades negras rurais quilombolas; discutiu a emergência/resistência indígena; levantou o debate sobre a questão de gênero, étnica e ambientalista, dentre outras. Além disso, envolveu-se intensamente na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Em relação a estas organizações classistas, convém ressaltar que, a maioria delas, foi fundada durante o regime militar, praticamente, sem a participação efetiva de suas bases e associados.

Um pouco antes da transição democrática, apoiados pela FUNDIFRAN e pela CPT de Bom Jesus da Lapa²⁰, os agricultores não só começam a participar das ações sindicais, como passaram a articular a formação de chapas de oposição aos dirigentes considerados “pelegos” e vinculados às oligarquias regionais. A partir da vitória de algumas dessas chapas de oposição, em fins de 1970, os sindicatos assumem novas diretrizes políticas e formas mais articuladas, formando, inclusive, os chamados polos sindicais. Também estimulados pela FUNDIFRAN, começaram as primeiras reuniões para a formação da capatazia e de colônias de pescadores em municípios como Barra e Xique-Xique. Ao contrário do que possa transparecer, a relação entre a FUNDIFRAN e as organizações citadas quase sempre foi entremeada por divergências e por pontos de tensões. Na percepção de entrevistados, não obstante estimular e apoiar as organizações sindicais e associativas, a falta de definição política, a rotatividade dos técnicos e o caráter autoritário de alguns deles, motivavam as divergências e tensões.

Os estranhamentos certamente eram decorrentes de um fato corriqueiro: depois que os sindicatos ou polos sindicais se formaram ou se consolidavam como órgãos classistas buscavam sua autonomia, entrando muitas vezes em choque com as orientações das entidades mediadoras. Partindo-se da documentação consultada e das entrevistas, pode-se perceber que havia também tensões e estranhamento entre a FUNDIFRAN e demais coletivos atuantes na área da Diocese.

Aliás, a equipe que elaborou o Relatório de Avaliação Externa registrou claramente tensões entre a entidade e a Escola Família Rural, a ponto desta ter solicitado à Diocese “escolher para atuar em comunidades onde a FUNDIFRAN não estivesse atuando (...)” (1982, p. 117). Parte desse estranhamento carregava as marcas das disputas de espaço e de projetos políticos, levados a efeitos pela entidade e religiosos (afinados ou não com a Teologia da Libertação), bem como de outras instituições que atuavam na região. Parte é motivada pela visão diferenciada no que tange ao papel da ação coletiva e da relação dos coletivos com o Estado. Para se ter uma ideia, desde que se envolveu na formação da Política Territorial de Desenvolvimento Sustentável no Velho Chico, a entidade tem sido vista de soslaio por algumas outras organizações que atuam no campo popular.

Salientamos acima que a questão de terra era (e é) central no Alto-Médio São Francisco. Quando a transição democrática teve início (coincidindo com a enorme pressão exercida pelos latifundiários contra as áreas sob domínio dos camponeses), a luta pela terra e na terra ganhou dimensão. Juntamente com a CPT, a FUNDIFRAN esteve no centro do conflito. A luta da comunidade rural negra do Rio das Rãs (município de Bom Jesus da Lapa-Bahia) pela permanência na terra, certamente, marcou a atuação da entidade numa conjuntura ainda adversa, mas que foi se reconfigurando no decorrer da luta. Tudo começou em 1977, quando os moradores da Fazenda Rio das Rãs passaram a ser molestados por supostos proprietários das terras nas quais viviam desde tempos imemoriais. Conectada com as demandas e interesses dos trabalhadores, a FUNDIFRAN deu-lhes apoio e assessoria (ESTRELA, 2010).

Embora tenha se especializado em todas as regiões do estado da Bahia²¹, o MST não tem grande visibilidade na porção do Médio São Francisco em estudo. Primeiro porque essa área guarda uma especificidade em relação às demais da Bahia. Nela predomina a luta na terra, ou seja, os camponeses ensinam a permanência no lote onde vivem, sob ameaça de expropriação de fazendeiros e grileiros. Guiomar afirma em relação à região: “a perspectiva é que a questão quilombola adquira maior protagonismo que a luta por Reforma Agrária o mesmo ocorrendo em outras regiões do Estado” (GERMANI, 2008, p. 155). Segundo porque o papel desempenhado pelo MST foi ofuscado por um conjunto de movimentos (alguns seus dissidentes), tais como: Movimento de Luta pela Terra (MLT), Organização, Terra e Luta (OTL), Movimento Estadual dos Assentados e Acampados (CETA), dentre outros. Contudo, o último Movimento é o mais especializado e com maior visibilidade na região. A FUNDIFRAN também apoiou demandas das comunidades de Fundo de Pasto.

O Fundo de Pasto é o sistema produtivo que se caracteriza pela prática da criação extensiva de caprinos e ovinos em áreas compartilhadas ou de uso comunitário. Além de praticar a agricultura de subsistência no período chuvoso, a unidade familiar mantém a produção, o manejo e a comercialização do rebanho. Para Angelina Garcez (1997, p. 148), o sistema tinha grande incidência no Nordeste do estado, mas atualmente, o sistema está confinado em pequenas faixas nas quais predomina a escassez de água e o bioma caatinga é dominante. Na região de caatinga, o Fundo de Pasto encontra-se nos municípios de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Canudos, Uauá e Casa Nova. No cerrado encontra-se no município de Buritirama, localizado no Oeste baiano.

Durante o processo da chamada “fome de terras” houve um avanço em direção as áreas de Fundo de Pasto na região em apreço. As agressões ao sistema de Fundo de Pasto se consubstanciaram, especialmente, após aprovação da “Lei dos 04 fios”, através da qual se obrigava a delimitação das propriedades ou das áreas de criatórios com a feitura de cercas de 4 fios de arame. Tendo o apoio e a assessoria da FUNDIFRAN, na década de 80 do século passado, os sítios e as comunidades passaram a se organizar como pessoa jurídica, visando receber o título coletivo da terra, de acordo com a Lei de Terra da Bahia. Desse modo, são criadas as Associações de Fundo de Pasto. Foi a partir das pressões das Associações e mais tarde da central Fundo de Pasto que os órgãos públicos começaram a desenvolver ações pontuais no sentido de proteger o sistema produtivo que se encontrava sob ameaça.

Considerações Finais

Em que pese críticas e estranhamentos, o reconhecimento do papel da FUNDIFRAN na sua área de atuação é incontestável. Os entrevistados ressaltam o importante papel da entidade na elasticidade da ação coletiva na sua área de atuação e na criação e consolidação de organismo de classe, de caráter associativo e dos movimentos sociais. Além disso, reconhecem-na como inovadora, articuladora e mediadora. Alguns, a exemplo dos entrevistados pela equipe de Avaliação Externa, tantas vezes referida neste trabalho, destacaram as medidas de cunho social empreendidas pela entidade. No entanto, convém ressaltar que, do que se depreende da documentação consultada e das entrevistas colhidas, é que todas as energias da entidade estiveram canalizadas para uma atuação verticalizada, qual seja: a relação entre os grupos sociais e o Estado. Talvez o fato explique a razão pela qual as comunidades atendidas e beneficiadas, a despeito do reconhecimento do importante papel nelas exercido pela entidade, sempre mantiveram frágil articulação entre si e as ações de solidariedade entre elas foram pouco expressivas. O fato da FUNDIFRAN se tornar na atualidade a articuladora do Território Sustentável Velho Chico revela que sua concepção de articulação e participação popular pouco mudou, predominando o foco na verticalidade e nas relações assimétricas.

Notas:

² Artigo inicialmente publicado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1-23, e foi gentilmente cedido pela família da autora (*in memoriam*) para compor esta coleção.

³ Este artigo foi desenvolvido e estimulado pela parceria (informal) da autora com o GeografAR do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. O trabalho é intitulado **Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco** e foi, em parte, financiado pelo Natural Research Institute (NIR).

⁴ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia - Campus V (Santo Antônio de Jesus)

⁵ Pequena biografia de D. Tiago Cloin encontrada nos arquivos da FUNDIFRAN.

⁶ Entre 1962 e 1965 realizou-se o chamado Concílio Vaticano II que apontaria novos caminhos para a relação entre o clero e os fiéis, ao tempo em que também, definia um novo modo da instituição conceber as relações sociais e sua relação com os Estados nacionais. O Concílio Vaticano II oportunizou a realização da II Conferência de Medellín/Colômbia (1968) - e da III Conferência de Puebla/México (1979). A primeira Conferência deu ensejo à criação da chamada Teologia da Libertação, que dividiria o clero latino-americano em duas correntes ou tendências: os progressistas – um clero voltado para a defesa da justiça social e da participação política - e os conservadores – voltados para a defesa da fé e da espiritualidade.

⁷ Não custa recordar que no mesmo período, o arcebispo de São Paulo - D. Paulo Evaristo Arns e o de Fortaleza - D. José de Medeiros Delgado - venderam os Palácios Episcopais, instalando-se em residências situadas em bairros de classe média.

⁸ Escolhida entre os funcionários da entidade, a partir de uma lista tríplice de acordo com a votação do conjunto dos funcionários da Fundação.

⁹ A Assembleia era composta por: Igreja (representante da Diocese de Barra, todo o clero diocesano, três representantes de cada um dos conselhos Paroquiais, um representante do CEAS, um representante da CERIS e um representante de congregações religiosas ou denominadas evangélicas), órgãos Executivos e governamentais (os prefeitos dos municípios da diocese em que a Fundação esteja instalada, um representante do Governo do Estado da Bahia, um representante do Governo Federal, um representante das Forças Armadas, um representante da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, um representante do FUNRURAL), organizações classistas (representantes da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Bahia, representante da Federação de Agricultura, um representante de cada Sindicato rural dos municípios onde a FUNDIFRAN esteja incluída), Magistratura (todos os juizes de direito das comarcas onde a FUNDIFRAN esteja instalada. Cf. QUEIROZ JÚNIOR, 1990, p. 3-4).

¹⁰ Nos arquivos da FUNDIFRAN foram encontrados inúmeras revistas, algumas publicadas no exterior, contendo matérias que ou associavam as ONGs aos grupos esquerdistas ou as colocavam sob suspeição. Tudo indica que essas matérias tinham o intuito de minar as doações das agências internacionais, restringindo o campo de atuação dessas entidades.

¹¹ Belmiro Cardoso dos Santos (Sr. Betinho). Entrevista concedida a autora em Barra, 2006.

¹² Entrevista concedida à autora, em Baturité (CE), em 2005.

¹³ Tudo indica que a transferência da sede da entidade de Barra para Xique-Xique se deu em razão das pressões e do isolamento que a entidade sofreu, quando, a partir dos anos 80 do século passado, assumiu linha de atuação marcadamente ligada às lutas do campesinato, envolvendo-se em praticamente todos os conflitos fundiários que tiveram lugar nos municípios da Diocese.

¹⁴ O Fundo de Participação dos Municípios foi criado pela Lei n. 5.172/1966 (Lei Ordinária) de 25/10/1966.

¹⁵ Entrevista concedida à autora, em Barra, 2006.

¹⁶ Convém chamar a atenção para o fato de que o regime militar no Brasil não fechou o parlamento, mas cerceou-lhe a atuação, através do Ato Institucional no. 5 (AI-5 como se tornou conhecido). Contudo, em 1977, após a outorga de um conjunto de leis, denominado pela imprensa e pela oposição de “Pacote de Abril”, o parlamento foi temporariamente fechado.

¹⁷ O índice de Gini da região registra alta concentração. Tomando por base a classificação de Lourival Câmara, doze dos dezoito municípios do Médio São Francisco (66,67%) apresentam um grau de concentração “forte a muito forte”. Destes destacam-se os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente. Estes três municípios situam-se à margem do rio São Francisco, localização historicamente disputada pelos grandes proprietários de terra. In: GERMANI *et al.*, 2008.

¹⁸ Designação da população que além de viver às margens do Rio São Francisco tira dele o seu sustento. Mais detalhes, ver: ESTRELA, 2004.

¹⁹ Quando a fundação do Partido dos Trabalhadores ensaiava seus primeiros passos, membros da diretoria e ou da equipe técnica da entidade mobilizaram-se, criando núcleos do partido nos municípios nos quais atuavam. Durante a Campanha denominada **Diretas Já**, realizada em 1984, visando restaurar eleições diretas para a presidência da República, a entidade teve papel de relevo nas mobilizações nos municípios nos quais atuava.

²⁰ Fundada em 1975, em Goiânia, a entidade é diretamente vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Comissão Pastoral da Terra de Barra (CPT), ligada à Diocese de Barra foi fundada um pouco depois, mas nunca teve o mesmo poder de mobilização da de Bom Jesus da Lapa ou da CPT de Juazeiro, somente para citar os organismos atuantes no Médio São Francisco.

²¹ Segundo Santos (2004, p. 84), o MST começou sua inserção na Bahia em 1986, mas a primeira ocupação ocorreu em 1987, no Extremo Sul do estado (*ibidem, op. cit.*).

Fontes Orais

Alfredo Gonçalves dos Santos

Anésio Ribeiro dos Santos

Antonio Rodrigues de Souza (Antônio de Marcolino)

Belmiro Cardoso dos Santos (Betinho)

Boaventura Gomes de Almeida

Carlos Pereira

Dermeval Oliveira

Francisco Rodrigues Soares

Francisco dos Santos (Chiota)

João Lino

José Bonifácio

Josefa Elze de Jesus

Josias Pereira de Souza

Jonas Paulo Oliveira Neres

Lourival Soares Gusmão

Luiz Ferdnando Torres da Costa e Silva

Luiz Flávio Cáppio (Dom)

Kátia do Vale dos Santos

Paulo Cunha

Orlando Octacílio Dotti (Dom)

Taciana Oliveira

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eduardo Jordão de. **Relatório de Visita à Fundifran**. Campina Grande, 1985.

BOER, Jacobus Josephus; FERREIRA, Luiz Gonzaga Rodrigues. **Fundifran**. Relatório de Avaliação Externa (1979-1981). Salvador, 1982, p. 88.

BRITO, Gilmário Moreira. **Pau de colher**: na letra e na voz. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

CEAS. O Médio São Francisco. Confins do Sertão Baiano. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 26, ago. 1973.

CAMADAROBA, Joana; BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Barra**: Um retrato do Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1999.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-Bahia. 264 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ESTRELA, Ely. ¿Rompiendo el cerco? La actuación del Tercer Sector y de los movimientos sociales em el Médio São Francisco Bahiano (1971-2006). In: BASCONSUELO, Célia; MOREL, Teresita *et al.* **Ciudadanía territorial y movimientos sociales**. História y nuevas problemáticas en el escenario latinoamericano y mundial. Rio Cuarto: Ediciones del Icala, 2010.

FUNDIFRAN. **Que Fundifran é esta?**. Relatório Geral de Avaliação. Sd. s/l.

FUNDIFRAN. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Fundifran**. Barra, 20/08/1978.

FUNDIFRAN. **Relatório da Reunião Geral com D. Orlando Dotti**. Barra, 1981.

FUNDIFRAN. **Relatório da Reunião da ETC.** Xique-Xique, 1988.

FUNDIFRAN. **Violência no campo no município de Barra.** Barra, 1990.

GARCEZ, Angelina. **Em torno da propriedade da terra.** Salvador: Arembepe, 1997.

GERMANI, Guiomar Inez *et al.* **Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino.** Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC (CD-meio digital), 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MELUCCI, Alberto. Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. **Revista Zona Abierta,** Madri, n. 69, p. 153-179, 1994.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais.** Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Catálogo.** ONGs no Desenvolvimento Rural. Brasília: Nead, 2008.

RELATÓRIO DA OFICINA TERRITORIAL DO TERRITÓRIO VELHO CHICO. Ibotirama, ago. 2005, p. 1-20.

QUEIROZ JÚNIOR, Luiz Gonzaga. **Fundifran:** passado, presente e futuro. Muitas incertezas e poucas alternativas. Ibotirama, 1990.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA. Salvador, 1982.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba.** Uma Interpretação: 1970/1996. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FUNDIFRAN. **Relatório da Reunião da ETC.** Xique-Xique, 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Cirlene Jeane e Santos. **O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir de sua espacialização no Estado da Bahia.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção.** As organizações não-governamentais no processo de democratização. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; Krischke, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse; VIOLA, E. J; KRISCHKE, P. (Orgs.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: EdUFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. São Paulo/Florianópolis: Cortez/EdUFSC, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.



Mutirão - Reforma Agrária

FUNDIFRAN: IMPLANTAÇÃO E ATUAÇÃO NO MÉDIO SÃO FRANCISCO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

José Carlos Barboza Filho²²
Stéphane Charles Latarjet²³

Propõe esta apresentação situar a Fundação de desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) nos seus primeiros quinze anos de atuação, no período compreendido de 1971 a 1985, a partir da análise dos três primeiros Planos Trienais, desenvolvidos no período da ditadura militar. Faz-se necessário contextualizar o período da ditadura militar no Brasil, situando a criação da FUNDIFRAN neste período, a partir de 1971, na perspectiva da superação da pobreza em uma das áreas mais sofridas do Nordeste brasileiro: o médio do Rio São Francisco, no estado da Bahia.

A ditadura militar no Brasil ocorre no período de 31 de março de 1964 ao ano de 1985. Portanto, teve uma duração de 21 anos, com cinco mandatos militares, e a instituição de 16 Atos Institucionais (mecanismos legais que sobrepunham a Constituição). Neste período, havia restrição à liberdade e forte repressão aos opositores do regime. Antes da ditadura militar, em 1961, com a destituição do Presidente do Brasil Jânio Quadros, assume o país o Presidente João Goulart, cujo maior projeto eram as Reformas de Base, principalmente a **Reforma Agrária**, combatida pelos grandes latifundiários e por grande parte de parlamentares no Congresso Nacional.

A partir de 31 de março de 1964, foram cinco os presidentes, todos militares, até o fim do período da ditadura em 1985, quando se inicia a mobilização pelas eleições diretas. É neste período, em plena ditadura militar, que é criada e implantada a FUNDIFRAN, exatamente no período de governo do General Médici (1969-1974), período de maior repressão do governo militar, com censura dos meios de comunicação, tortura a prisioneiros políticos, mais reconhecido como o tempo do “milagre econômico”. Surge então neste período a FUNDIFRAN

com o propósito de libertar e defender o homem do campo da marginalidade que lhe era imposta pelos grandes latifúndios na região do médio São Francisco.

A visão e a determinação vieram do Bispo da Diocese de Barra/BA, nomeado em 1966: Dom Tiago Gerard Cloin, Padre Redentorista originário da Holanda, Secretário Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), extremamente motivado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), e particularmente pelos avanços que o Concílio tinha traçado sobre o papel da Igreja no mundo de hoje. Preocupado com a questão do desenvolvimento humano integral da população mais pobre, D. Tiago empreendeu visitas constantes aos povoados e comunidades rurais, descobrindo as carências que sofria o povo, as necessidades de adquirir meios e organização para superá-las. Ele ouviu as expectativas e esperanças do povo, descobriu as suas capacidades, o seu espírito de solidariedade e a sua grande Fé. Ao mesmo tempo, Dom Tiago mostrou ao povo simples a sua determinação verdadeira em ajudá-lo na sua caminhada de construir juntos uma vida melhor, mais justa e fraterna. Profundamente tocado pela situação de pobreza e exploração em que vivia a maioria do povo rural de sua Diocese, Dom Tiago partiu para o concreto, estruturando as paróquias e buscando pessoas para contribuir para atingir o seu objetivo na Diocese. O que conseguiu aos poucos, com a chegada de padres jovens em sintonia com ele, e a vinda em 1970 de Padre Ferdinando Costa e Silva, da ordem dos jesuítas (Companhia de Jesus), e de vários profissionais baianos e de outros estados do Brasil. Assim, nasceu a FUNDIFRAN, em 6 de agosto de 1971.

No artigo 1º da Ata de criação, diz-se: “a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco, instituída como ação pastoral da Diocese de Barra, nos termos da deliberação de D. Tiago G. Cloin e aprovada unanimemente por votação de todo o Clero da Diocese de Barra, sendo regida pelos presentes Estatutos e pela legislação aplicada” (ATA DE FUNDAÇÃO, pg. 1). Tem como Instituidora a Diocese de Barra constituída pelo Bispo Diocesano, pelo Conselho Presbiteral e Conselho Pastoral Diocesano e órgãos dirigentes responsáveis pela entidade, a Diretoria e a Assembleia Geral (AG), assessorada por um Conselho Curador.

A partir de 1978, as comunidades rurais acompanhadas pela FUNDIFRAN puderam escolher representantes para a Assembleia Geral, com voto deliberativo. Esta Assembleia Geral Ordinária reunia-se uma vez por ano. A condução dos objetivos de trabalhos era realizada por três Equipes Interprofissionais (EIPs), sediadas em Barra, Xique-Xique e Ibotirama, coordenadas pelo Secretário Executivo, e mais tarde, a partir de 1980, pela Equipe Técnica Central, sempre assessoradas pelo Departamento Estudos e Projetos (DEP); quatro Setores de apoio às EIPs: Unidades Sanitárias de Saúde, Capacitação de Mão de Obra, Centro Experimental Agrícola - Fazenda Bethsaida, e Oficina mecânica de Barra. Do ponto de vista histórico, podemos seguir a evolução da FUNDIFRAN através dos planos trienais.

Primeiro Plano Trienal (1974-1976)

Para este triênio a FUNDIFRAN desenvolveu um Plano de trabalho bem objetivo, qual seja, “trabalhar com o homem da região na descoberta coletiva de sua dignidade e potencialidade, passando pela reflexão crítica da sua situação global concreta até a mobilização de seus recursos para transformação do contexto onde vive” (PLANO TRIENAL, pg 2). Apesar da proposta, as ações estavam voltadas para projetos assistencialistas nas áreas de agricultura, saúde e educação. Neste período, foram implantadas as equipes interprofissionais de Barra e Ibotirama (1974) e de Xique-Xique (1975).

Essas três equipes foram as molas mestras do processo de condução dos objetivos da entidade. A partir da realidade local e das problemáticas de cada comunidade, e com um olhar integrado, complementar e global (equipes interprofissionais, com esse fim), cada equipe analisa, programa, acompanha e avalia com os membros interessados da comunidade, as ações coletivas do ano, nos aspectos da educação, da agricultura, da saúde e da defesa da terra.

Tratava-se de um processo dinâmico e lento, que se baseava no diálogo, no conhecimento e na confiança mútuas que resultam da prática na realização de cada iniciativa coletiva. É lento, também, por conta de outros fatores que tentam frear ou parar o projeto, que são: os antecedentes sociopolíticos ocorridos nas comunidades ou na região, assim como as oposições locais contra o bispo ou a FUNDIFRAN por meio de boatos, rumores, acusações, provocando medos e divisões. A tomada de consciência e de responsabilidade em prol do bem comum se fez pela reflexão e ação conjunta, que são relidas em conjunto, com devido respeito às pessoas participantes. À medida que crescem ao longo dos anos, cresce a comunidade em autonomia sociopolítica no encaminhamento de suas lutas pela vida e dignidade, e de soluções para o seu desenvolvimento socioeconômico. Por serem próximas das comunidades, e solidárias com os problemas que enfrentavam, as Equipes Interprofissionais conseguiram serem instrumentos originais e valiosos de trabalho. Neste sentido, a formação humana e técnica dada às pessoas das comunidades, na área de saúde, por exemplo (parteiras, agentes locais, mães gestantes...), contribuíram para ajudar as comunidades a enfrentar as dificuldades de seus membros nessas áreas. O que não ocorre quando o agente não mora mais na comunidade, como é o caso hoje na maior parte da rede estadual dos ambulatórios rurais. Na área da agricultura, foram realizados treinamentos nas comunidades para lutar contra as pragas, definir critérios de escolha de novas culturas quando se faz sentido, trocar experiências e outros assuntos do dia a dia do trabalho dos lavradores.

Para ajudar no plantio sem precisar recorrer a agiotas ou a empréstimo bancário com avalista, foi criado um Fundo Agrícola Rotativo (FAR) para os lavradores com maiores necessidades. Era rotativo para permitir a sua sustentação e prolongamento. O lavrador recebia sementes, se comprometia a devolver, assinando documento ou marcando com o dedo quando não alfabetizado. Um outro Fundo de Apoio Comunitário (FAC) foi criado para financiar atividades coletivas nas comunidades, tais como equipamento para casa de farinha ou motor para irrigação de terras.

A Educação das pessoas adultas passava pelo conhecimento de seus direitos, como se proteger contra a grilagem, refletir sobre a importância da organização de classe... Apesar dos propósitos da entidade com ênfase assistencialista/desenvolvimentista neste período, havia por parte do Governo Brasileiro uma certa preocupação com a sua proposta. Assim, um pedido da Diocese de autorização para implantar uma rede de rádios nas paróquias foi indeferido pelo DENTEL. Mais tarde, o Bispo Diocesano D. Tiago Cloin, fundador da entidade, recebeu a visita de agentes da Polícia Federal, coletando informações sobre a ação social da Diocese e o projeto da FUNDIFRAN. As argumentações de D. Tiago e do Secretário Executivo Stéphane Latarjet foram claras e com convicção, fundamentadas na vivência de D. Tiago junto ao povo e na análise da situação de vida do povo pobre das comunidades rurais e urbanas da região. A visita não teve maiores consequências em termos de segurança, dada a seriedade no engajamento junto ao povo e no andamento administrativo-financeiro para o qual sempre foi dado o maior cuidado e rigor legal, na transparência (registros dos Atos oficiais da entidade em cartório junto à Procuradoria local).

No aspecto da gestão financeira, o primeiro triênio 1974-1977 exigiu esforços para encontrar os recursos indispensáveis para o conjunto das atividades programadas. Todas as atividades da FUNDIFRAN só foram possíveis graças à cooperação financeira de entidades internas e externas ao país.

De entidades nacionais e Governo Federal: **Para Saúde:** FUNRURAL - para a Unidade de Saúde de Ibotirama e os Ambulatórios de Barra e Igarité; Fundação SESP; Fundo Rural; INPS; **Para a Ação Social:** Legião Brasileira de Assistência (LBA); PIPMO - para os programas de treinamentos em comunidades rurais e urbanas; **Para Agricultura:** Ministério da Agricultura; Cia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) - equipamentos para irrigação para projetos comunitários. De entidades Internacionais: a FUNDIFRAN recebeu recursos de várias entidades de Cooperação Internacional da Europa - Campanhas de Quaresma, Igrejas cristãs católicas e luteranas; dos Estados Unidos - Igrejas evangélicas e civis, e do Canadá - Campanha de Quaresma.

Um plano de trabalho foi definido para o 2º triênio, foi apresentado a três entidades financiadoras, e com elas assinamos convênios, sendo duas Cristãs, da Alemanha e da Holanda, e a terceira, uma Fundação norte-americana, a Inter-American Foundation (IAF). Várias outras entidades de menor porte dos mesmos continentes continuaram a dar o seu suporte financeiro à FUNDIFRAN.

Assim, 23% dos recursos da FUNDIFRAN eram provenientes de organismos internacionais: **Alemanha**: Misereor; **Áustria**: MIVA (Saúde); **Bélgica**: Entraide et Fraternité (Ação solidária da quaresma); **Canadá**: Canadian Hunges Foundation e Développement et Paix; **Estados Unidos**: Inter-American Foudation e Raskab Foundation; **França**: Centre d'études et réalisation; **Holanda**: Menisa - Vastenaktec (ação solidária da quaresma); **Inglaterra**: OXFAM; **Suíça**: Fastenopper (ação solidária da quaresma).

A importância dos compromissos exigiu a organização de um sistema de controle contábil/financeiro permanente e da validação das prestações de contas da FUNDIFRAN pelas entidades financiadoras, em vista da liberação dos recursos necessários para a cobertura das previsões de despesas programadas. As entidades financiaram o custo deste controle, realizado *in loco* numa metodologia elaborada pela FUNDIFRAN com a empresa especializada contratada no Brasil. Isto permitiu que a FUNDIFRAN pudesse ser capaz de garantir a transparência de suas contas tanto para as entidades cooperadoras internacionais, como para os membros da FUNDIFRAN e para a Diocese.

Segundo Plano Trienal (1977-1979)

Tem como marco a primeira Assembleia Geral Extraordinária da FUNDIFRAN, realizada em 30 de abril de 1977, com a presença do Presidente fundador Pe Luiz Ferdinando Torres da Costa e Silva e Dom Orlando Octacilio Dotti, representante legal da Instituidora, o qual assumiu a Diocese após o falecimento repentino de D. Tiago em 26 de outubro de 1975. Ocorreram

nesta Assembleia mudanças significativas nos Estatutos da FUNDIFRAN, especificamente, diminuindo sensivelmente o poder da Igreja sobre a entidade e a forma de participação das paróquias e do clero, contudo, reafirmando a relação ao trabalho da Diocese junto aos camponeses, assegurando a mais ampla e plena participação das comunidades rurais nas decisões e destino da FUNDIFRAN, que foi aprovada pela Instituidora na forma proposta pela Assembleia Geral em 30 de abril de 1977. Assim, o papel pioneiro de Dom Tiago Cloin e de Dom Orlando Dotti, exemplos de presenças animadoras junto ao povo, se fizeram importantes nos primeiros tempos da FUNDIFRAN com a Igreja, respondendo aos apelos do Concílio Vaticano II: uma Igreja libertadora e propositiva.

A presença de D. Orlando Dotti, eleito vice-presidente da FUNDIFRAN nesta Assembleia Geral, tornou-se por demais importante neste momento em que a Diocese transferia os seus projetos sociais para a FUNDIFRAN, mantendo uma relação cuidadosa de acompanhamento das ações desenvolvidas pela Entidade. Cabe registrar que neste momento, a FUNDIFRAN se compromete a devolver o patrimônio próprio da Diocese, antes cedido como forma de garantir o funcionamento da Instituição. A partir de 1978, D. Orlando Dotti assume legalmente a presidência da FUNDIFRAN até a sua nomeação como bispo da Diocese de Vacaria/RS (1983), sendo substituído por D. Itamar Vian (1984-1995). Vale ressaltar o importante papel de D. Orlando Dotti para garantir a estabilidade da FUNDIFRAN quando assumiu a presidência da entidade, em um momento considerado de crise de governabilidade, renunciando à presidência o Pe Ferdinando Costa e Silva. Neste difícil momento, D. Orlando Dotti garantiu a estabilidade institucional, assim como a “missão de assessoria às comunidades” na defesa da terra, etc.

Vale ressaltar que no ano de 1979, no enfrentamento de lutas pela garantia e pela posse da terra, D. Orlando Dotti teve importante papel junto à FUNDIFRAN no enfrentamento das questões da terra, como no caso da queimada de casas do povoado do Retiro da Picada, município de Xique-Xique, forma

cruel dos empresários do agronegócio de tentar expulsar os habitantes da fazenda. D. Orlando se fez presente junto à FUNDIFRAN no dia seguinte à queimada de Retiro, apoiando e incentivando os moradores na garantia das suas terras. A presença de D. Orlando Dotti levou os proprietários responsáveis à negociação, fazendo reconhecer os direitos dos moradores a permanecerem naquela terra.

Do ponto de vista do trabalho, este 2º Plano Trienal (1977-1979) apresenta-se com um enfoque político para o desenvolvimento das ações. Está voltado para uma atitude política de reflexão e de debate sobre as questões que afetam a região e preocupam as comunidades por se constituírem formas veladas de ameaças ou fontes geradoras de permanente insegurança. Reflete a problemática da terra, a violência da grilagem e o número de trabalhadores rurais sem direito à terra.

Neste período, a FUNDIFRAN prende-se a estimular as atividades produtivas, discute-se créditos e comercialização, apoio técnico e financeiro para fortalecer os esforços de luta pela subsistência familiar. O trabalho das equipes se dá de forma a fortalecer o associativismo, a solidariedade, as Associações, a Colônia de Pescadores, o Sindicalismo e a formação de liderança. O novo trabalho torna a FUNDIFRAN menos assistencialista e mais conscientizadora, o que a leva a repassar ao Estado a Unidade Sanitária Piloto de Ibotirama, mantendo ainda os ambulatórios de Barra, Mansidão e Buritirama, com atendimento médico e odontológico voltados para uma atenção primária. Com uma reflexão crítica sobre o seu fazer, no final do triênio 1977-1979, a FUNDIFRAN começou a levantar os pontos de estrangulamento mais marcantes: a nível estrutural, os questionamentos sobre o poder decisório, quadro de pessoal, estrutura física (fazendas, casas, ambulatórios); a nível filosófico que embasava a metodologia do trabalho, a defasagem entre o discurso de libertação e a forma de ação concreta; a nível político, questiona os financiamentos e ambulatórios como serviços assistenciais. Surgem as primeiras mudanças mais profundas a partir de 1980: a nível estrutural, desfaz-se da Fazenda Betsaida, destruída pela grande enchente de 1979, assim como do Setor de Saúde e do Departamento Jurídico.

Um novo modo de organização surge: propõe maior autonomia para as equipes na condução dos projetos, com a coordenação da Equipe Técnica e da Secretaria Executiva. Na Saúde, cria o Setor de Saúde Comunitária voltado para a medicina preventiva com enfoque na formação de lideranças em saúde, capacitação de parteiras e atendentes rurais, organização de minipostos comunitários; orientação materno-infantil e educação nutricional. Dá-se início à reforma administrativa, especificamente, com a redução do quadro pessoal, de 108 colaboradores no ano de 1978, para 80 em 1979, e em seguida para 54 colaboradores em 1981, nas diversas funções da administração, da organização da saúde, da Fazenda e das três Equipes Interprofissionais. Também desaparecem os Departamentos. Cria-se a Equipe Técnica Central como instância de coordenação executiva.

No período de 1980 a 1983 a FUNDIFRAN consolida as Reformas. Optou por um **objetivo central de “Posse e uso da terra”**. Tema escolhido na reunião de avaliação geral de 1979 e ratificado pela Assembleia Geral de abril de 1980, que reuniu 101 representantes de comunidades. Definiu-se trabalhar com:

1. Questões da terra: estrutura agrária, enchentes, grilagem, assalariados, reforma agrária, acesso à posse e documentação;
2. Situação social e política do país: política agrícola, projetos econômicos, políticas de saúde, reformulação partidária;
3. Organização comunitária e de classe: movimento sindical, movimento de pescadores;
4. Apoiar: treinamentos e Financiamentos do FAR e FAC.

Neste período o Serviço Jurídico da FUNDIFRAN é desativado, dando lugar e apoio aos Polos Sindicais, evitando assim um paralelismo entre a entidade e os Movimentos Sindicais.

Terceiro Plano Trienal (1984-1986)

Para este novo triênio, a FUNDIFRAN teve como proposta incentivar e apoiar as formas de organização e de lutas das comunidades, estimulando o processo de aprender e conhecer coletivo, não só de suas práticas, mas também dos modos de entender e interpretar a realidade, objetivando a mobilização consciente dos lavradores e pescadores para uma ação de transformação social. Os aspectos assistencialistas deram espaço ao assumir das lideranças de grupos, de comissões comunitárias e intercomunitárias e a movimentos mais amplos de defesa da terra e dos rios, e de reivindicação de condições mais dignas de vida e de trabalho. **Definiu-se um novo objetivo:** “Refletir e discutir com as comunidades sobre suas experiências apoiando e incentivando suas formas de organização e de lutas coletivas como prática de uma ação de transformação da sociedade” (PLANO TRIENAL, pg. 2). Teve como diretriz: abandonar as práticas assistencialistas, e como diretrizes básicas a articulação de movimentos e lutas, e o fortalecimento da organização comunitária.

Concluído o terceiro Plano Trienal, no período que se segue de **1986 a 1988, pós-ditadura, a FUNDIFRAN** buscou o estabelecimento de novas linhas de ação. Para tanto, com suas equipes técnicas, em caráter de avaliação da entidade, levantou-se o histórico da entidade, desde a sua criação ao desenvolvimento dos Planos Trienais, apontando os sucessos e fracassos. Alguns pontos se firmaram no curso da história da FUNDIFRAN, tornando-se para as populações atendidas fortalecimentos irreversíveis:

- a) A consciência crítica do lavrador;
- b) O rompimento com o comodismo e a subjugação;
- c) A aplicação de tecnologia mais avançada;
- d) A prática de reuniões comunitárias;
- e) A compreensão e prática de trabalho coletivo;
- f) A articulação com outras comunidades;
- g) A luta pela posse e uso da terra;
- h) O fortalecimento aos órgãos de classe;
- i) A fixação dos trabalhadores em suas próprias terras, não migrando para a cidade.

Assim, dá-se início a um novo período com um conjunto de linhas de ações a serem efetivamente trabalhadas (sindicalismo, organização comunitária e questões agrárias), buscando ao longo da sua existência promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades da Bacia do São Francisco.

Notas:

²² Médico. Coordenador do Programa de Saúde Comunitária entre 1977 e 1980, membro do Departamento de Estudos e Projetos entre 1978 e 1980, Presidente da FUNDIFRAN de 1986 a 1988.

²³ Economista. Diretor Financeiro da FUNDIFRAN de 1º de janeiro de 1973 a 30 de abril de 1977, Secretário Executivo de 1º de maio de 1977 a 31 de dezembro de 1984.

REFERÊNCIAS

FUNDIFRAN. **Estatuto de criação**, 06/08/1971.

FUNDIFRAN. **Estatuto**, 11/12/1973.

FUNDIFRAN, **1º. Plano Trienal**, 1974-1976.

FUNDIFRAN. **2º. Plano Trienal**, 1977-1979.

FUNDIFRAN. **3º. Plano Trienal**, 1984-1986.

FUNDIFRAN. **Reforma estatutária**, 26/06/1988.

FUNDIFRAN. **Um desafio, uma experiência**. Relatório de atividades (1973-1975). Barra/BA.

FETAG. **Relatório de conflitos: violência no campo**. Federação dos trabalhadores da agricultura no Estado da Bahia/BA. Maio de 1990.

Mobilização de movimentos sociais



FUNDIFRAN: MISSÃO E DESAFIOS NO SÉCULO XXI

Dermeval Gervásio de Oliveira²⁴

Introdução

Com meio século de resistência e trajetória na Bacia do São Francisco, a FUNDIFRAN vem adequando as suas ações sem perder a essência de sua missão para a qual foi criada, que é de “[...] promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Bacia do São Francisco” (ESTATUTOS SOCIAIS, art. 3º). No decurso desse período, vem acompanhando as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais na região e no País, buscando adaptar as novas metodologias de ação ao crescimento das demandas das comunidades trabalhadas. A cada plano trienal e avaliações internas, compreendeu-se que era preciso ajustar a sua estrutura e redirecionar as suas ações para novas demandas e mudanças sociais que impactassem em resultados positivos na vida das comunidades. E nesta luta diária de combate à miséria rural, à violência no campo, ao capitalismo selvagem e violento que massacra a classe trabalhadora, a FUNDIFRAN vem se moldando na busca de sustentar a sua missão e sua intervenção na realidade local. Vem ainda enfrentando enormes desafios no período da ditadura militar (1971-1985), na democratização do País (1986-2002), no governo popular e democrático (2003-2015) e agora no período bolsonarista-fascista, que tem destruído os direitos sociais da classe trabalhadora, conquistados na Constituinte de 1988: os direitos do trabalho, previdência, educação e saúde. Este processo foi desencadeado a partir do Golpe parlamentar, midiático e jurídico contra a presidenta Dilma Rousseff em 2015. Diante deste contexto político, manter uma instituição da importância da FUNDIFRAN a favor da classe trabalhadora do campo, se tornou um grande desafio para todos aqueles que estão à frente dela.

Mudanças estruturais e institucionais

A FUNDIFRAN buscou repensar a sua intervenção política a partir do processo de redemocratização do Brasil (1986), de modo que o reordenamento da política nacional a conjuntura política regional alterou-se, muito embora os conflitos pela posse da terra e a violência contra os posseiros e sem terra na região do Médio São Francisco (MSF) continuassem.

Com o governo civil, estava em curso um processo de maior integração à política de desenvolvimento regional, existindo diversos projetos desenvolvimentistas, como o “Projeto Nordeste”. Antes se vivia sob uma ditadura militar que combatia e impedia a efetiva organização dos trabalhadores e trabalhadoras, esmagando resistências, explorando o povo, concentrando a terra e a renda a favor dos grupos privilegiados que apoiavam o sistema político do país. Com o início do processo de democratização, a FUNDIFRAN, a partir da avaliação das comunidades, diretoria e funcionários, entendeu que deveria ocupar politicamente os espaços democráticos do novo regime político. Assim, como resultado desta análise, a proposta foi de se reafirmar como uma Entidade de Assessoria ao movimento popular, focando num trabalho sistêmico nas comunidades, com áreas polos de irradiação da sua intervenção, objetivando a organização comunitária.

Do outro lado, as organizações internacionais que aportavam recursos financeiros para manter as ações da FUNDIFRAN na região já questionavam em 1983²⁵ quanto à sua estrutura operativa, externando algumas observações com relação ao “peso” administrativo, número de funcionários, trazendo também na sua avaliação a redução do aporte ao projeto trienal (1984-1986) com a inclinação futura de aportar recursos diretamente para os projetos dos grupos comunitários, reduzindo o apoio financeiro aos serviços prestados pela FUNDIFRAN.

A partir do seu IV Plano Trienal (1988-1990)²⁶ e considerando o contexto da redução do aporte da Cooperação Internacional e da nova conjuntura política do País, a FUNDIFRAN não poderia ficar estática diante dos acontecimentos, repensando o seu projeto de intervenção a partir de 1988. Portanto, pela segunda vez, teve que repensar a sua estrutura e linhas de ação.

1. Institucional - Nos anos 80, a Fundação passou a ser questionada, sobretudo sobre o seu aspecto estrutural como “Fundação”. Chegou-se a pensar em transformá-la em uma estrutura simples associativista, entretanto, como já tramitava no Governo títulos de utilidade pública e isenção fiscal de tributos, optou-se por manter a entidade como Fundação ao tempo que se buscava uma estrutura mais leve e mais dinâmica nas suas ações.

2. Estrutural - O corpo diretivo da Fundação contava com um *Conselho Curador* formado por três membros efetivos e três suplentes; com um *Conselho Diretor* com quatro membros; uma *Secretaria Executiva* composta por um secretário executivo juntamente com os coordenadores dos departamentos financeiros, administrativos, serviços gerais, jurídico e de estudos e projetos. Mesmo assim, se considerava uma estrutura bastante pesada, distante das instâncias de trabalho que eram as três Equipes Interprofissionais nos polos considerados de referências na região (Barra, Ibotirama e Xique-Xique). Esta decisão foi tomada na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1986.

3. Organização Interna - O trabalho de assessoria continuava. Assim foi posta uma nova prática experimental à *Equipe Técnica Central (ETC)*, que era formada pelo secretário executivo, coordenador administrativo e pelos coordenadores das equipes, sendo desenvolvida pelas três equipes técnicas interprofissionais. Outra alteração neste setor foi a extinção do Setor de Saúde, cuja decisão deveu-se principalmente ao seu caráter assistencialista, que passou a ser educativo, voltado para o fortalecimento da consciência crítica do direito à Saúde, como política pública de Estado.

4. Quadro Pessoal - Ponto que causou maior discussão na instituição devido à estrutura pessoal que mantinha desde a sua fundação. Até 1978, a FUNDIFRAN mantinha 108 funcionários que se distribuíam em diversas profissões²⁷, tais como mecânicos, motoristas, tratoristas, atendentes de ambulatório médico, dentistas, auxiliares de escritórios, auxiliares mecânicos, auxiliares e técnicos em educação, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, advogados, técnicos em contabilidade, auxiliares de serviços gerais, encarregados da fazenda e trabalhadores rurais. Em 1980, houve a redução para 80 funcionários e em 1981 para 57 pessoas. A partir de 1988, reduziu-se para 24 profissionais, sendo que 18 trabalhariam 44 horas semanas e seis 22 horas semanais. Neste sentido, a FUNDIFRAN finalizaria a década de 1980 com a redução de 78% do seu quadro de funcionários em relação à década de 1970.

5. Patrimônio - Quando da sua criação como “Fundação”, tornou-se uma estrutura muito pesada do ponto de vista de seu patrimônio. Recebeu como doação da Diocese na escritura pública de sua fundação 27 bens imóveis, dentre eles uma fazenda, um cinema, 2 ambulatórios médicos, várias posses, diversas casas e o Palácio Episcopal, localizado na Praça Barão de Cotegipe, nº 13, Centro, Barra, onde funcionava a sede administrativa da FUNDIFRAN. Com o passar do tempo, viu-se que não era mais necessário todo esse patrimônio, mesmo sendo obrigado pela Lei das Fundações. A questão era: “Como devolver esse patrimônio à Diocese da Barra sem prejudicar a existência da entidade como Fundação?”. Após várias consultas jurídicas e ao Ministério Público, a Assembleia da FUNDIFRAN tomou como decisão reverter para a Diocese todos os bens que lhes tinham sido doados em escritura pública, mantendo uma estrutura mínima para garantir o funcionamento da entidade. Em seguida, D. Orlando Dotti assumiu a vice-presidência da Fundação em 30/04/1978, após a renúncia do Pe. Luiz Ferdinando e seus diretores em 24/04/1978. Nesta mesma Assembleia iniciou-se a devolução dos bens da Instituidora.

E nesse mesmo dia foi realizada a Assembleia Extraordinária para a Reforma Estatutária, dando autonomia total para a FUNDIFRAN perante a instituidora, a Diocese de Barra. Na sua visão, D. Orlando defendia uma reforma estatutária justificando: “[...] a expansão dos trabalhos junto às comunidades rurais, exigindo maior funcionalidade e operacionalidade dos diversos departamentos e setores da instituição e, ainda, [...] autonomia total desta em relação à Instituidora”²⁸. D. Orlando convocou uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 28/08/1978, para eleição de uma nova diretoria na qual concorreu com a chapa do Pe. Luiz Ferdinando, obtendo o seguinte resultado: D. Orlando 145 votos e Pe. Ferdinando 52 votos. Assim, D. Orlando passou a gerir a FUNDIFRAN até 24/04/1983.

Desta forma, a devolução dos bens foi concluída em 27/04/1996, na gestão do Bispo D. Itamar Vian, ficando com a FUNDIFRAN os bens adquiridos por ela através de doação do terreno e construção dos espaços por financiamento da Cooperação Internacional. Entre 1980 e 1986, a sede da Fundação passou a funcionar numa casa da Diocese na Rua Marechal Deodoro, 77, Barra/BA. De 1986 a 1992, na casa da Diocese localizada na Praça Barão de Cotegipe, 24, Barra. De 1992 a 2000, a sua sede social passou para a Rua da Maternidade, 113, Xique-Xique. De 2000 até a presente data, a sua sede social passou a funcionar na Rua Alcebíades Quinteiro, 432, Ibotirama/BA. A FUNDIFRAN tinha ainda um apartamento em Salvador, capital do Estado, localizado à Rua Ruy Barbosa, Ed. Haia, no Centro Histórico da Capital, para o suporte das viagens administrativas e de apoio às viagens com trabalhadores com suas reivindicações junto aos órgãos públicos. Na verdade, funcionava em Salvador o escritório da filial da FUNDIFRAN, que foi extinta pela assembleia de março de 2001.

Estratégias de Ação

O IV Plano Trienal²⁹ trouxe mudanças profundas para a estrutura da FUNDIFRAN e algumas mudanças nas suas estratégias de ação. Como entidade comprometida com as lutas dos trabalhadores, a FUNDIFRAN passou a defender mudanças na estrutura social através das organizações populares. Por conta disso, transformou-se em uma entidade de *assessoria e apoio às organizações populares*, contribuindo com os esforços e iniciativas dos trabalhadores, tornando-se um agente social transformador da estrutura social, política e econômica.

Manteve-se ainda as três equipes técnicas interprofissionais, com as suas respectivas comunidades e com certa independência financeira do ponto de vista do orçamento e execução financeira de suas demandas, apesar da contabilidade da entidade estar centralizada na sua sede administrativa.

As Linhas de Ação³⁰ da FUNDIFRAN mantiveram-se como as do plano trienal anterior, com exceção dos “Trabalhos de Saúde”, que envolviam a população rural e urbana, deixando de ser um trabalho voltado para as ações de atendimento ambulatorial, e focando-se na “promoção da saúde”, com foco na participação das comunidades nas decisões e formulação de políticas públicas nas Comissões Municipais de Saúde e na construção de uma consciência crítica a respeito de seus direitos à Saúde. Assim, ficaram definidas as seguintes Linhas de Ação: 1. Organização Comunitária e Atividades Culturais; 2. Trabalhos de Saúde; 3. Questões Agrárias e Tecnologia Apropriada; 4. Educação Sindical; 5. Movimento dos Pescadores; 6. Trabalhos Urbanos; 7. Documentação e Comunicação. Este último programa era inovador, pois tinha como objetivo registrar e documentar o trabalho para que pudesse ser avaliado, servindo como referência para outros grupos comunitários atendidos pela Entidade, bem como para atender à necessidade de produção de material didático, como o audiovisual e cartilhas que dessem suporte às reflexões das equipes e dos trabalhadores atendidos. Manter a comunicação, como o espaço de produção do “Sal da Terra”, boletim periódico da FUNDIFRAN, cartilhas, panfletos, audiovisuais e filmes documentários de 16 mm.

Na década de 70 o aporte financeiro da Cooperação Internacional, que custeava as linhas de ação da FUNDIFRAN, era bem diversificada. Segundo os relatórios internos, contava-se com financiamento de 14 instituições internacionais da Holanda, Áustria, Inglaterra, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Suíça, França e Alemanha. Entre 1973 a 1975, do volume total dos recursos da FUNDIFRAN, a Cooperação Internacional aportava 67%, recursos públicos 25%, recursos locais 3%, e recursos próprios 5%. O aporte do Governo Federal representava 65% dos recursos brasileiros por conta do trabalho de Saúde que era desenvolvido pela entidade. Dos recursos da Cooperação Internacional, 75% advinham dos Estados Unidos e Canadá, que financiavam todo o trabalho com as comunidades rurais.

Tomando como base o III Plano Trienal (1985-1987), percebe-se que houve uma grande redução do número de instituições da Cooperação Internacional que aportavam recursos para os trabalhos da FUNDIFRAN. Uma instituição da Holanda aportava 60% do orçamento e uma da Alemanha 40% dos recursos externos. A FUNDIFRAN continuava mantendo uma contrapartida abaixo de 5%, enquanto os recursos públicos, no final da década, foram drasticamente reduzidos, devido à extinção do Programa de Saúde Ambulatorial e do Fundo de Apoio Comunitário (FAC), modalidade de crédito rotativo que financiava atividades agropecuárias nas comunidades. Esta lógica de financiamento permaneceu entre as duas instituições da Cooperação Internacional até meados dos anos 2000.

Crise financeira e redirecionamento das ações da FUNDIFRAN

Após a promulgação da Constituição de 1988, em 1990 ocorreu a primeira eleição de um presidente pelo voto, momento em que o povo brasileiro reconquista o direito ao voto, após 30 anos sem poder eleger um Presidente da República. Fernando Collor de Melo foi eleito Presidente da República com a promessa de combater a corrupção e controlar a inflação galopante da época. Estava na ordem do dia privatizar e reduzir custos públicos e o aprofundamento do neoliberalismo brasileiro que já imperava nos países como o Chile, a Inglaterra e os Estados Unidos.

No dia 16 de março de 1990, Collor baixou uma Medida Provisória retendo a poupança dos brasileiros a partir de NCz\$ 50 mil (50 mil cruzados novos), deixando a população perplexa. Os recursos da FUNDIFRAN foram todos retidos porque eram aplicados na sua totalidade, devido à inflação da época. Com isso, aprofundou-se uma crise financeira na FUNDIFRAN ao ponto de ter que suspender drasticamente o trabalho de campo e reduzir as equipes técnicas. Neste mesmo ano, houve uma forte discussão interna onde se refletia o passado, presente e as incertezas quanto ao futuro da entidade³¹, diante da política neoliberal que se implantava no Brasil. Se questionava a estrutura, funcionamento e as instâncias decisórias da entidade, consideradas ainda “pesadas” diante das demandas urgentes advindas das questões da Luta pela Terra e da falta de clareza dos papéis e responsabilidades imediatas e históricas de cada um.

Neste período, a FUNDIFRAN contava com 19 pessoas no seu quadro, sendo oito técnicos/as, três secretários/as, dois técnicos em contabilidade, três motoristas e três auxiliares de serviços gerais. No debate se questionava: “Baixar as portas e vender tudo para pagar os funcionários? Ou reduzir o quadro funcional, formar uma equipe âncora com uma estrutura leve, ágil com uma nova concepção de trabalho?”.

Descartando a primeira proposta, a sugestão era de manter o núcleo técnico de Ibotirama com três técnicos, um motorista/mecânico e uma secretária; Barra, com um técnico, um motorista/mecânico e um administrador geral. Ibotirama, por estar localizada no maior eixo rodoviário transversal da Bahia, que liga a capital do estado ao Distrito Federal e concentrava maior número de municípios trabalhados pela entidade.

Barra, porque tinha ainda algumas comunidades no planejamento da entidade que seguiam necessitando do acompanhamento da equipe. Além disso, se afirmava: “Ibotirama, no entanto, terá a responsabilidade de ser a condutora da nova proposta, com prazo de planejamento e implantação dos recursos apontados. Nela, estarão, a partir de janeiro de 1991 os quadros mais capacitados da entidade e os meios necessários para a execução do plano de trabalho” (QUEIROZ JÚNIOR, 1990, p. 38). Alguns defendiam a proposta de desativar o núcleo de Xique-Xique, vender os bens para pagar as dívidas contraídas por conta do Plano Collor, enquanto se negociava o próximo plano trienal com a Cooperação Internacional.

Havia sugestões, também, de se alterar o formato do corpo executivo e deliberativo da entidade, ter um planejamento estratégico, ampliar a articulação de âmbito internacional, nacional, estadual e regional, participar de redes de articulação dentro do estado para buscar informações de planos, programas e projetos públicos, se relacionar com universidades, organizações sindicais, deputados federais e estaduais, articular-se com organizações que trabalham com a agricultura orgânica e avançar o trabalho para Macaúbas, Barreiras, Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa. No campo da formação, trabalhar a formação de Base, Lideranças e Formação de “quadros políticos”. Quanto à formulação do conhecimento, se buscava produzir documentos de análise, que ajudariam na formação crítica das lideranças. Fortalecer-se-ia a comunicação de massa com a difusão de informações e produção de vídeos voltados para a formação e divulgação das experiências.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as ações da entidade na prática³² se convergiam no fortalecimento da política partidária no campo da esquerda, voltada para a formação de “quadros” para participar efetivamente do processo político local. Esta ideia era envolvente porque a FUNDIFRAN saiu de um processo assistencialista, e com a renovação do seu quadro técnico, que tinha uma visão revolucionária mais à esquerda, de certa forma, a concepção era que a entidade tinha este papel político. Segundo Cláudio Lasa “A FUNDIFRAN saiu do assistencialismo para assumir uma intervenção revolucionária sem ter a clareza do seu papel como ONG”. Percebia-se que a Fundação não tinha um planejamento estratégico com linhas de ações claras e ações organizadas. Da mesma forma, as equipes tinham certa autonomia no seu planejamento de atividades.

Diante da crise financeira e das incertezas quanto ao futuro da entidade e por não se ter uma definição clara quanto às propostas discutidas internamente, a equipe foi se reduzindo e permaneceram alguns técnicos e auxiliares firmes e resistentes à crise, dando apoio àquelas organizações que os procuravam, e realizavam poucas viagens no campo.

No entanto, havia esperanças de que a situação teria que melhorar, pois já existia uma insatisfação e mobilização política nacional exigindo o impeachment do Presidente Collor. Além do mais, a equipe da FUNDIFRAN já negociava um novo projeto trienal junto à Cooperação Internacional, que poderia tirar a entidade daquele sufoco.

Neste mesmo período, houve algumas substituições e entraram outros técnicos no núcleo de Xique-Xique, um sociólogo e uma pedagoga que tinham relações com outras ONG's da Bahia e com pessoas da esquerda que dominavam as ferramentas de planejamento estratégico. Angustiadados com a situação quando à forma de trabalhar, conseguiram convencer a Diretoria da necessidade de aprofundar o debate interno sobre o papel da FUNDIFRAN e de discutir rumos, capacitar equipe e diretores no conhecimento de ferramentas metodológicas, diagnósticos e planejamentos, a partir de consultores externos. Neste repensar, a FUNDIFRAN começou a participar de redes e fóruns estaduais, a exemplo da Associação Brasileira de ONG's (ABONG-BA/SE).

O novo Plano Trienal, aprovado pela Cooperação em 1993, já trazia maior clareza dos programas e linhas de ação da FUNDIFRAN para o período, porém, sem nenhuma viabilidade de liberação dos recursos devido à política econômica do país. A entidade ficou com os recursos retidos durante quatro anos, e somente em janeiro de 1994 os recursos foram devolvidos, sem a correção prometida pelo Presidente da República. Entretanto, o valor disponível, após o pagamento dos salários atrasados, só foi suficiente para pagar as despesas administrativas, até o final de 1994. Em meados de 1995, a Entidade contava apenas com quatro técnicos, dois motoristas, um técnico em contabilidade, um auxiliar administrativo e dois auxiliares de serviços gerais.

Os recursos da Cooperação Internacional foram liberados a partir do segundo semestre de 1995, permitindo à Diretoria renovar o quadro de assessores, contratando mais quatro técnicos, uma socióloga do estado de Pernambuco e três técnicos da região, com formação técnica na área agrícola e administrativa. Havia a compreensão de que a Fundação deveria mesclar a equipe técnica com profissionais da base de atuação da Entidade. Neste período, as atividades eram desenvolvidas no núcleo de Ibotirama e de Xique-Xique, ficando algumas ações no município da Barra e Buritirama sob a responsabilidade do núcleo técnico de Ibotirama.

Tentativa de golpe contra a FUNDIFRAN

Já não bastasse a crise financeira e o desfalque de quadro de técnicos neste período, surge uma crise institucional. No primeiro semestre de 1995, aconteceu um fato inaceitável³³ para todos da Diretoria e da equipe técnica da FUNDIFRAN. Diante da crise financeira, conseqüentemente houve a diminuição do trabalho de campo. Enquanto a maioria dos técnicos entendia situação e tocava o trabalho na medida do possível, alguns compreendiam que a diretoria deveria tomar providências e manter o trabalho com o ritmo anterior. Com isso, faziam provocações diárias e montavam programações individuais desconhecidas pela diretoria, convencendo as lideranças das comunidades de que a Entidade era dos trabalhadores e não estava respondendo aos seus anseios.

Com esse discurso, fruto de interesse político individual, o técnico afirmou-se como “uma liderança legítima” dos trabalhadores, cooptando as lideranças e mobilizando-as para uma mudança nos Estatutos e uma tomada da direção da Entidade, convencendo os membros do Conselho Fiscal a fazer a convocação. Como não tinha conseguido uma convocação da Assembleia Extraordinária expressa do presidente da Entidade para garantir tal objetivo, recorreu ao artigo dos estatutos onde dava o poder ao Conselho Fiscal de convocar a Assembleia Extraordinária.

Enquanto isso, trabalhadores ocuparam o escritório de Ibotirama, permanecendo por 40 dias. Os técnicos e auxiliares que não concordavam com a ação, resguardaram os veículos da entidade, desligaram a energia e comunicaram a ocorrência à Diretoria. Diante do acontecido, o caso foi levado ao Juiz, que residia justamente ao lado do escritório, para que tomasse as providências legais. A Diretoria, por sua vez, convocou uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar na sua sede social (Xique-Xique) e convocou os membros para tratar da questão. Durante a Assembleia, alguns membros do Conselho Fiscal que compareceram entenderam a gravidade da situação, compreendendo que foram manipulados e se arrependeram do ato que cometeram. A Assembleia referendou os membros da Diretoria e alteraram um dispositivo dos estatutos, o qual previa a participação de membros de comunidades, de no mínimo seis meses trabalhadas pela FUNDIFRAN. Desta forma, anulou qualquer decisão que poderia ser tomada na Assembleia de Ibotirama.

Enquanto acontecia a Assembleia legal em Xique-Xique, a Assembleia de Ibotirama estava se iniciando. Naquele dia, chegaram várias pessoas para participar da Assembleia vindas dos vários municípios trabalhados pela entidade. E justamente neste momento de chegada, foram surpreendidos com a presença do oficial de Justiça que entregou ao técnico que liderava a ocupação o mandado de ação de despejo expedido pelo Juiz de Direito. O técnico fugiu, deixou o problema nas mãos das lideranças, que logo entenderam o fiasco que tinham se metido. Todos retornaram para as suas comunidades, graças à resistência da equipe técnica e à atitude acertada da diretoria, contornando essa situação. Sabe-se que a pessoa que fez esta tentativa de golpe institucional era respaldada por um deputado estadual e logo da sua demissão da FUNDIFRAN, continuou manipulando os trabalhadores com falsas promessas, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, não se elegeu, e desapareceu da região.

Mudança da sede e estratégias de ação

A transferência da administração para Ibotirama se deu por conta do volume de atividades desenvolvidas em sete municípios desta região do Médio São Francisco, enquanto que o escritório de Xique-Xique atendia às demandas de apenas dois municípios. Neste período, o núcleo técnico de Ibotirama assessorava 26 organizações de assentados de Reforma Agrária, posseiros, quilombolas e comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, distribuídas nos municípios de Barra, Buritirama, Ibotirama, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa, no quilombo Rio das Rãs, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese da Lapa, já de projetos anteriores. O Núcleo técnico de Xique-Xique assessorava treze organizações envolvendo assentados, posseiros, mulheres rurais e sindicato dos trabalhadores rurais, nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia.

A partir de 1996, a FUNDIFRAN redirecionou as suas ações para dois programas de ação³⁴ 1. Acesso à Terra, voltado para a questão da Reforma Agrária, Terras Públicas, comunidades tradicionais de Fundo de Pasto e Quilombolas; 2. Meio Ambiente, com ações voltadas para a defesa do Rio São Francisco, através da “Semana do Rio SF”, com a sua primeira edição realizada em outubro de 1997, educação ambiental nas escolas e nas comunidades ribeirinhas. Houve um redirecionamento das ações da FUNDIFRAN para o urbano, na intenção de se tornar uma organização mais conhecida pela população local, de ampliar o seu leque de parcerias com outras organizações da sociedade civil e do poder público. Passou a participar de alguns Fóruns de discussão política e redes. Entendia-se que o trabalho da FUNDIFRAN precisava ser reconhecido a nível local, estadual e nacional. Diferentemente das décadas anteriores em que a estratégia era manter as suas ações no anonimato, devido à violência no campo que imperava na região do MSF, por meio dos conflitos agrários, assassinatos de trabalhadores, perseguição

e pistolagem, com a preocupação de resguardar as vidas das pessoas que compunha as equipes técnicas; já nesse período, a estratégia passou a dar visibilidade às ações da FUNDIFRAN, na perspectiva de se tornar reconhecida publicamente e atrair novos colaboradores para o seu importante trabalho na região. Afinal, já estava chegando às portas do século XXI e a FUNDIFRAN, mais uma vez, tinha que se adequar aos novos tempos.

Tendência de redução do aporte financeiro da Cooperação Internacional

No final dos 1990, os núcleos técnicos de Xique-Xique e Ibotirama já trabalhavam de forma integrada tanto no planejamento, como na execução das atividades. Não tinham mais planejamentos de atividades e financeiros separados por escritório, mas sim uma equipe técnica, um planejamento e um orçamento gestado pela administração de sua sede em Ibotirama. A FUNDIFRAN contava apenas com o apoio da EZE (Alemanha) e da BILANCE (Holanda) para financiar os seus programas.

Em outubro de 1998³⁵, a Cooperação Internacional confirmou o aporte financeiro para o Projeto Trienal 1998/2001, assegurando: US\$ 726.172,00, sendo 44% da EZE, 43% da BILANCE e 13% de contrapartida da FUNDIFRAN.

No entanto, a BILANCE foi clara ao afirmar que na contrapartida dela, tinha adicionado mais US\$108.000,00 a título de contribuição única para o triênio destinado para a captação de recursos nacionais, para reduzir a dependência financeira externa da FUNDIFRAN. Na mesma correspondência, dava o seguinte alerta: “Consideramos muito importante que a FUNDIFRAN invista na mobilização de recursos locais para diminuir, significativamente a sua dependência de recursos externos. Pedimos que descrevam nos relatórios como este processo vem sendo implantado e com que resultados”. Na sequência dava a indicação do CERIS/MAP (RJ) para monitorar em vista das auditorias externas, na definição de novas estratégias da organização institucional, visando sistematizar os resultados obtidos com a intervenção da Entidade.

Diante disso, a compreensão dos diretores e técnicos da FUNDIFRAN foi de que foi dado o “alerta final” da Cooperação Internacional quanto ao seu aporte aos futuros projetos da Entidade, mesmo tendo sido um montante razoável para o triênio.

No decorrer da execução do projeto trienal 1998/2001¹³, a FUNDIFRAN conseguiu avançar no processo de avaliação, com destaque aos serviços oferecidos para o atendimento das demandas que surgiram, aos resultados alcançados, ao que seria necessário aprimorar, tanto na equipe, como nas ações da Entidade. A Educação Ambiental e de Gênero foi o enfoque geral da intervenção da FUNDIFRAN, tendo como norte uma Reforma Agrária sustentável e a relação de Homens e Mulheres no processo de desenvolvimento.

Em 2001, a EZE definiu encerrar o seu aporte financeiro à FUNDIFRAN, comunicando que não aportaria mais recursos para o triênio 2002/2004. Tal situação abalou seriamente a estrutura pessoal da Entidade. Obrigou a FUNDIFRAN a repensar, urgentemente, a sua estrutura e definir formas de mobilização de recursos para garantir a sua continuidade. Redefinir prioridades naquele momento atípico era vital para a sua sobrevivência financeira.

Definiu-se como estratégia o programa “Fortalecimento Institucional e Organizacional”, atribuiu a função de “Secretário Executivo” a Dermeval Gervásio de Oliveira, membro da equipe técnica, responsabilizando-o pelas relações internacionais e pela mobilização de recursos; buscou a qualificação da equipe técnica na temática de captação de recurso e marketing social; priorizou algumas ações a nível estadual que pudessem dar maior visibilidade ao trabalho da instituição; estabeleceram-se novos contatos com outras agências de cooperação internacional e organismos públicos nacionais e estaduais na tentativa de diversificar as fontes de financiamento do trabalho; publicou-se material publicitário das ações referentes aos “30 anos” da FUNDIFRAN; e avançou-se na negociação com a CORDAID (antes BILANCE/CEBEMO), no apoio a sua estratégia institucional.

Diante disso tudo, o maior desafio da FUNDIFRAN era conseguir apoio de Fundos Públicos Nacionais para garantir o programa de apoio à Reforma Agrária. Contudo, buscou sensibilizar as comunidades assessoradas sobre tal situação e continuar no fortalecimento do Movimento de Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia (CETA), juntamente com a CPT Regional e Estadual, da qual a maioria dos assentamentos trabalhados pela FUNDIFRAN fazia parte. O Movimento já negociava as pautas de reivindicações dos assentamentos, acampamentos, Fundo de Pasto e Quilombolas da Bahia.

A partir da consolidação do Movimento CETA na luta pela Reforma Agrária da Bahia, os assentamentos passaram a ter um certo nível de independência da assessoria da FUNDIFRAN e da CPT, entidades que acompanhavam a questão dos conflitos agrários na região.

Repensar a FUNDIFRAN para o próximo decênio

O valor global do projeto trienal 2002/2004³⁷ foi de R\$ 728.421,00 com o aporte de 70,63% assegurado pela CORDAID, mantido o mesmo valor do projeto anterior (Hfl 490.000). A retirada da contraparte da EZE representou para o novo projeto a redução orçamentária de 56%, comparando ao triênio anterior. A FUNDIFRAN teve que ampliar a sua contrapartida em duas vezes, para 29,37%. Entretanto, com a definição de novas estratégias, programas de ação, objetivos e priorização das comunidades com temporalidade das ações, resultados e indicadores, os recursos disponíveis asseguravam uma estrutura possível de dar conta das demandas propostas no projeto. Permanecia uma equipe com os seguintes profissionais: quatro técnicos, dois motoristas/mecânicos, dois auxiliares de serviços gerais e um auxiliar administrativo. Foram definidos os seguintes programas de ação: 1. Desenvolvimento Institucional e Organizacional, com o objetivo de:

Proporcionar a qualificação profissional ao seu quadro profissional, no sentido de mobilizar para a captação de recursos junto aos fundos públicos, aos fundos privados, a cooperação internacional e à sociedade em geral, mantendo a avaliação e adequação permanente de sua intervenção sem perder de vista a sua missão, no sentido de garantir as condições favoráveis a sustentabilidade social, política e financeira da Instituição. (PROJETO TRIENAL 2002/2004, pg 27)

2. Reforma Agrária, com o objetivo de:

Fortalecer a luta dos trabalhadores (as) rurais (sem terra e posseiros), na conquista do direito a terra, subsidiando na discussão de uma proposta de Reforma Agrária sustentável, com ações de Educação Ambiental, agroecológica e gestão, de forma que assegure a implementação de Políticas Públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida. (PROJETO TRIENAL 2002/2004, pg. 28)

3. Meio Ambiente, com o objetivo de:

Ajudar os grupos sociais a desenvolverem uma consciência sensível acerca do meio ambiente, motivando-os à mobilização na resolução dos problemas inerentes às questões ambientais, de forma que assegure a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população (PROJETO TRIENAL 2002/2004, pg. 28)

O projeto trazia a questão de Gênero como uma temática interdisciplinar que permeava os programas e um Plano de Formação com eixos temáticos definidos para a formação geral: educação ambiental, capacitação técnica em agroecologia e capacitação em gestão administrativa; partindo do estágio de cada grupo de organizações sociais, apresentando um quadro de resultados estruturado com área estratégica, situação atual, frentes, resultados alcançados, resultados esperados e prazos.

Do ponto de vista da assessoria, as comunidades foram agrupadas em blocos e tipologias, a partir de cada estágio de organização e da capacidade de aferir resultados. No caso das organizações regionais como os movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária, Movimentos de Mulheres Rurais, Central de Associações de Fundo de Pasto e Cooperativas de Assentados e de Agricultores, a intervenção da FUNDIFRAN se focalizou na consultoria, contribuindo na construção de estratégias que as fortalecesse política e economicamente, no sentido de se tornarem organizações autônomas, respaldadas na luta pelos seus direitos.

No tocante à qualificação da Equipe Técnica da FUNDIFRAN, neste período foram constantes as temáticas *relações de gênero, comunicação e captação de recursos*, promovidas pelo Programa de Acompanhamento (PAC) do CERIS/RJ, que também fazia o monitoramento dos resultados da intervenção da Entidade. A temática *Educação Ambiental* também foi trabalhada na equipe com a orientação de consultores externos.

Quando da aprovação do aporte da Cooperação Internacional, a CORDAID afirmou que este seria o último projeto e sugeriu à FUNDIFRAN que elaborasse um Plano de Comunicação e Captação de Recursos para a sua sustentabilidade, colocando-se à disposição para facilitar o processo de autossustentação através do monitoramento da captação de fundos, por meio da consultoria do PAC/CERIS³⁸.

Um novo ciclo se inicia na busca incessante de novos parceiros para tentar assegurar o trabalho de assessoria da FUNDIFRAN, essencial para a região/Estado. Foram elaboradas 80 correspondências para outras instituições internacionais e se buscou participar de várias articulações políticas A nível regional e estadual na busca do conhecimento dos programas governamentais, elaboração de projetos para os editais públicos de seleção de projetos, locação dos espaços ociosos para tentar garantir a sede da entidade aberta para o público e tentativa de vender serviços técnicos como forma de captação de recursos para manter a FUNDIFRAN funcionando.

Em março de 2006³⁹ a CORDAID comunicou o recebimento do último relatório da auditoria externa referente ao último projeto aprovado. E, finalmente, em dezembro de 2006⁴⁰, o projeto é considerado administrativamente encerrado com a aprovação do relatório final, desobrigando a FUNDIFRAN de apresentar outros relatórios financeiros ou documentos relativos a este projeto. A partir deste fato consumado, através do encerramento do aporte da cooperação, a FUNDIFRAN passou a depender dos recursos nacionais para garantir a sua existência, responsabilizando as poucas pessoas que se sentiam na obrigação e “guardiãs” desta importante organização social. E diante das incertezas do futuro da FUNDIFRAN, a equipe e diretores se perguntavam: e agora, será que uma instituição tão importante como a FUNDIFRAN vai deixar de existir justamente em nossas mãos?

Repensando a FUNDIFRAN por mais 10 anos

O processo de formação e de monitoria do CERIS/MAP juntamente com oito instituições do país, dentre as quais a FUNDIFRAN, cumpria-se sob a orientação da CORDAID de qualificar as entidades apoiadas por ela, no sentido de prepará-las para captar recursos nacionais em contraparte à retirada de seu aporte.

A partir de 2001, iniciaram-se as capacitações e monitorias das metas dos programas apoiados. Em 2002, a FUNDIFRAN elabora o seu primeiro Plano de Comunicação e Captação de Recursos para o ano de 2003-2004.

Este plano estava integrado ao Programa “Desenvolvimento Institucional (PDI)” da FUNDIFRAN, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva, e contava com um aporte financeiro de R\$ 10.040,00 do CERIS/PAC, para ajudar na execução das atividades de mobilização de recursos. Objetivos do Plano: “Divulgar as ações, causas e missão da Instituição, de forma que possibilite a constituição de uma rede permanente de colaboradores e Diversificar as fontes de financiamento de apoio

ao trabalho da Instituição”. Com isso foi estratégica a ampliação da participação da FUNDIFRAN nos Fóruns e Redes Estaduais e Nacionais, especialmente na Articulação do Semiárido (ASA), Fórum Permanente em Defesa do RSF, Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA-BA), Rede Nacional de Agroecologia, CBHSF, RITs, CODETER-VC, entre outros, com o objetivo de buscar se articular e ocupar novos espaços no novo cenário político nacional. Do outro lado, foram contatadas 80 organizações da Cooperação Internacional, sem nenhuma possibilidade de novos acordos internacionais, com exceção da Horizonte 3000, instituição de cooperação técnica.

Democracia Popular: Nova Era e boas perspectivas

Diante deste contexto tão difícil, os brasileiros elegem um governo Democrático e Popular, de esquerda, iniciando assim uma nova Era (2003-2015), que se apresentava com novas perspectivas de Políticas Públicas e abertura para o fortalecimento da Sociedade Civil e dos movimentos sociais do campo e da cidade.

A FUNDIFRAN se mobilizou e buscou participar do debate nacional através das conferências públicas do Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Reforma Agrária, do programa Fome Zero, da Política de Desenvolvimento Territorial e da elaboração do Plano Plurianual do Governo Federal. A Bahia era ainda governada pelo Governo Paulo Souto que representava o “carlismo” e as oligarquias baianas.

A campanha em defesa do Rio São Francisco era uma frente na qual tornava a FUNDIFRAN conhecida regionalmente e também uma estratégia de captação de recursos locais. No entanto, foi a participação da FUNDIFRAN no cenário nacional e a abertura do governo democrático que fez avançar novos aportes de recursos para tocar os seus programas de ação. Um novo cenário regional se configurava com a indicação de Jonas Paulo Neres para a Superintendência da 2ª SR da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa, um ex-técnico da FUNDIFRAN.

Em 2003, deu-se início à discussão da Política de Desenvolvimento Territorial pelo MDA, publicação de editais públicos para contratação de projetos pela Secretaria da Agricultura Familiar/MDA, publicação do edital da PETROBRÁS, que na época era presidida por um baiano, fortalecimento do Programa “1 Milhão de Cisternas” (P1MC) da ASA, fortalecimento do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Reforma Agrária (PRONERA), criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que antecedeu o ex-Presidente Lula. Havia uma efervescência de participação social no debate das políticas públicas durante esse período.

Na avaliação das atividades do ano de 2004, a FUNDIFRAN já tinha firmado diversos convênios com Órgãos Públicos Federais, Empresas Públicas, Secretaria do Estado da Bahia e outras instituições, a seguir:

Convênio (01) com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco (CODEVASF)⁴¹, através do programa Arranjos Produtivos Locais (APL), direcionado para o programa de ação da FUNDIFRAN: “Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa”. Uma das linhas deste programa era a estruturação e consolidação da Apicultura na região. Com isso, a parceria com a CODEVASF permitiu contribuir na estruturação da apicultura, hoje base produtiva referenciada pelo Estado. Foram desenvolvidas inúmeras capacitações de novos agricultores na atividade, construção de unidades de extração de mel, distribuição de kits de produção e de beneficiamento, envolvendo doze municípios do MSF.

Convênio (01) com a PETROBRÁS⁴², através de seleção por meio de edital público. As ações deste projeto foram direcionadas para o programa “Convivência com o Semiárido” da FUNDIFRAN, na linha da implementação de tecnologias sociais de convivência com Semiárido. O Projeto teve a capacitação de famílias em gestão dos recursos hídricos, construção de cisterna de captação da água da chuva para o consumo, construção de barragens subterrâneas para a produção, viveiros de mudas e hortas comunitárias. O projeto envolveu seis municípios da região de atuação da Entidade. A execução deste projeto contribuiu também para o reconhecimento da FUNDIFRAN no âmbito da ASA.

Convênios (02) com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltados para a articulação da Política Territorial no Velho Chico por meio de custeios de atividades de articulação, capacitação e estruturação do Conselho de Desenvolvimento Territorial.

A FUNDIFRAN foi indicada para assumir o papel de Entidade Referência desta política Federal, com o objetivo de articular os atores sociais do território Velho Chico para a discussão e o controle social das políticas públicas governamentais de âmbito Estadual e Federal. A condução deste trabalho pela FUNDIFRAN contribuiu para o seu reconhecimento a nível estadual e federal, abrindo outras portas de financiamento que serão citadas mais adiante e que faziam parte do seu programa “Controle Social das Políticas Públicas”.

Convênio (01) com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SEMARH)⁴³, dentro do programa de “Revitalização do Rio São Francisco”, com o objetivo de financiar a campanha da FUNDIFRAN em defesa do rio SF (VIII Semana do RSF), orientada para as mobilizações, seminários, palestras, atividades com escolas, atividades culturais e plantios de mudas de plantas nativas. Esta campanha contribuiu para o reconhecimento da FUNDIFRAN nas cidades onde tinham os seus escritórios, além de ajudar na captação de recursos locais das Prefeituras e empresários.

Com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)⁴⁴, foram firmados dois (02) acordos de parceria voltados para o mesmo programa, que financiaram vários eventos estaduais e regionais para a discussão da Revitalização do RSF, devido ao grande projeto público federal de transposição do rio São Francisco. Ações estas articuladas com o Fórum Estadual de Defesa do RSF. As ações da FUNDIFRAN através de sua campanha em defesa do RSF, sua participação ativa no CBHSF e no Fórum, contribuíram para a entidade se tornar referência na defesa da Revitalização do RSF.

Em 2004, a FUNDIFRAN conseguiu um aporte financeiro da MIVA/Holanda⁴⁵ para aquisição de um veículo para a instituição, no valor de 15.000 EUR. Ainda se contava com a última parcela do aporte da CORDAID e a sua ajuda nesta articulação. Entretanto, na finalização do seu apoio financeiro para a FUNDIFRAN, a CORDAID financiou o Plano de Comunicação e Captação de Recursos para o ano de 2005, com um aporte de 5.000 EUR, com o objetivo de garantir a realização das atividades voltadas à mobilização de recursos.

Já na questão específica da Comunicação, a FUNDIFRAN passou a ter o apoio da Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS)⁴⁶, através do projeto Ação Digital Nordeste, desde 2002, com o apoio de kits de computadores para a estruturação de redes de internet e acompanhamento até 2005.

No final de 2004, a FUNDIFRAN contava com cinco assessores técnicos, um assessor de projetos, três de apoio técnico e três auxiliares. Entre 2002 a 2004, o orçamento médio anual executado de R\$ 255.000, representando 1/5 do orçamento da década de 1990. Isso ocorreu justamente no período em que a FUNDIFRAN repensava todo o seu arcabouço institucional em vista da nova realidade que teria que enfrentar.

No ano de 2005⁴⁷, a realidade financeira da FUNDIFRAN já tinha outro contorno, se firmando com o orçamento anual aproximado a 1 milhão de reais (R\$ 923.800,94), superando o orçamento de 1998, e garantindo a execução de seus programas de ação e de uma equipe com os seguintes profissionais: seis técnicos, um auxiliar administrativo, um auxiliar de escritório, uma secretária, um designer, um motorista e um auxiliar de serviços gerais, totalizando 12 pessoas no quadro da Entidade.

Quanto à evolução da captação de recurso, em 2005, as fontes já começaram a se diversificar. Do montante acima, 41% era proveniente de Fundos Públicos; 34% de empresas privadas; 18% da Cooperação Internacional; 5% de recursos locais e 2% de fontes próprias. É importante ressaltar que entre 1998 e 2004, 86% dos recursos da FUNDIFRAN eram financiados pela Cooperação Internacional e 24% por fontes nacionais, enquanto que em 2005 houve uma inversão. Os recursos da Cooperação Internacional passaram a representar 18%, enquanto que os recursos de fontes nacionais 82% do valor global.

Até o final da primeira década do século XXI, a FUNDIFRAN contava ainda com a cooperação da CODEVASF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com aporte financeiro para os programas “Fortalecimento da Agricultura Familiar” e “Controle Social das Políticas Públicas”. No entanto, destaca-se a ampliação da parceria com o MDA no âmbito do projeto de “Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinocultura das Comunidades de Fundos de Pasto⁴⁸”, estabelecido com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), selecionado através de edital público, atendendo a 125 famílias das comunidades dos Fundos de Pastos de Brotas de Macaúbas e de Oliveira dos Brejinhos. Inicia-se então um novo ciclo de assessoria técnica rural (ATER) pela FUNDIFRAN, sistemática, fundamentada na agroecologia e com foco em resultados quantitativos e qualitativos. Neste mesmo período, a Colônia de Pescadores de Remanso, articulada com as Colônias de Pilão Arcado, Xique-Xique e Barra, demandaram da FUNDIFRAN apoio a um projeto voltado para a “Alfabetização de Jovens e Adultos Pescadores⁴⁹”, em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, do Governo Federal.

Com este projeto, a FUNDIFRAN retoma o seu trabalho de Educação de Jovens e Adultos iniciado com a parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB) e com o PRONERA nos anos 1990. O projeto “Saberes das Águas” beneficiou 1.603 pescadores/as, através de 106 turmas de alfabetização, envolvendo 16 profissionais da área de educação, elaboração de um projeto político pedagógico, exames oftalmológicos e entrega de óculos para facilitar o processo de alfabetização dos/as pescadores/as.

Retomando a questão da Cooperação Internacional, a partir de 2006 a FUNDIFRAN conseguiu um contrato de cooperação técnica com a Horizonte 3000⁵⁰ para a liberação de um técnico advindo da Áustria. O processo de negociação se iniciou no final de 2002 e a cooperação se concretizou em meados de 2006. O trabalho do cooperante foi voltado para a “Recomposição da Vegetação Nativa de Áreas Degradadas”, através do Programa de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha, financiado pelo Fundo à Iniciativas Locais de Combate à Desertificação através da GTZ⁵¹. Foi uma experiência interessante que durou três anos.

Os resultados obtidos no final de 2005 foram graças ao plano de comunicação e captação de recursos para o ano de 2005⁵². Foi um plano ousado onde se previa o dobro do valor captado pela FUNDIFRAN. O plano era muito claro quanto à missão institucional, programas, visão de futuro, orçamento, fontes, resultados esperados, estratégias, metas, responsáveis e prazos.

A CORDAID⁵³ cumpriu com o compromisso de qualificar as entidades para essa importante tarefa de captar recursos nacionais, tanto com a capacitação e monitoramento, como em recursos adicionais aportados no último projeto trienal, complementando, em 2005, com 5.000 EUR para garantir as atividades de mobilização de recursos do plano. E a captação de recursos da FUNDIFRAN se manteve para os anos seguintes do mesmo nível de 2005.

Desafios e Perspectivas para o próximo período: 2011-2020

Ainda durante o Governo Lula, com a publicação da Lei 12.188 de 11/01/2010⁵⁴ (Lei de ATER), publicou-se editais para a contratação de Organizações da Sociedade Civil para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em 2011, o Governo da Bahia de Jaques Wagner publicou também a Lei Estadual de ATER (12.372 de 12/12/2011)⁵⁵, com o mesmo objetivo.

Entre 2011 a 2021, a FUNDIFRAN avançou na busca de apoio do Governo Federal, Governo Estadual e Banco do Nordeste. Neste período, a captação de recursos da FUNDIFRAN ampliou-se em relação aos anos anteriores por conta da parceria com o Governo Federal e com o Governo Estadual, governos de esquerda, democráticos e populares.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)⁵⁶: O Programa “Controle Social das Políticas Públicas”, em parceria com a Coordenação Estadual dos Territórios, ampliou as suas ações para além do Território Velho Chico, estendendo-se ao Território Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Chapada Diamantina e Sertão Produtivo, focado na elaboração dos Planos

de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS);

- Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPPMQ/MDA)^{5 7}: Programa “Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa”, trabalhando na assistência técnica de 160 Mulheres Rurais Artesãs do Território Velho Chico, através de edital de seleção pública;
- Banco do Nordeste do Brasil (BNB): Programa “Fortalecimento da Cultura Ribeirinha”, através deste edital a FUNDIFRAN publicou a “Primeira Antologia Poética do Velho Chico”, com a participação de vários cordelistas do Território Velho Chico.
- Ministério da Cultura (Minc): Conseguiu-se apoio para a XII Edição da Semana do Rio São Francisco, também através de edital de seleção pública. Conseguiu-se também outro projeto, através de edital, para a estruturação da “Rede de Cooperação Cultural do Território Velho Chico” - 2ª edição;
- Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT): Projeto da 1ª edição da “Rede de Cooperação Cultural do Velho Chico”, através de edital.
- Como parceiro da ASCONTEC, do projeto Ponto de Cultura “Tarrafa Cultural”, apoiado pelo edital da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em parceria com o Ministério da Cultura. Este projeto contribuiu para a formação de grupos de teatro, promoveu cursos de violão, percussão, cursos pré-vestibular, oficinas de música, entre outras atividades artísticas e culturais.
- Ministério da Cidadania: Seleção no edital “Culturas Populares 2019”, com projeto “2ª Edição da Semana dos Cordelista do Velho Chico e Região”, concluído em 2021, por conta da Pandemia da COVID-19.

Em 2014, a FUNDIFRAN retomou a linha “Tecnologias Sociais”, em parceria com a Secretaria de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Social (SEDES/MDS), posteriormente Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR).

- SEDES/SJDHDS⁵⁸: A FUNDIFRAN participou dos editais e foi selecionada para executar a construção de 660 cisternas de 16 mil litros para o consumo nos municípios de Muquém do São Francisco e Wanderley;
- SEDES/CAR/SDR⁵⁹: A FUNDIFRAN foi selecionada por edital para construir 150 barreiras e trincheiras comunitárias e 178 cisternas calçadão para produção, nos municípios de Ibotirama, Morpará, Muquém do São Francisco e Tabocas do Brejo Velho.

Além da construção das tecnologias previstas nos dois contratos, foram realizados cursos para pedreiros, gestão de recursos hídricos e de produção nos “quintais produtivos”.

Em 2015, o Governo do Estado da Bahia publicou editais para a contratação de OSCs para executar serviços de ATER nos territórios da Bahia. A FUNDIFRAN participou dos editais e foi selecionada em dois projetos:

- Superintendência Baiana de ATER (BAHIATER/SDR)⁶⁰: Seleção da FUNDIFRAN em dois editais de ATER para o território Velho Chico (Lote 37) e para o Território da Bacia do Rio Corrente (Lote 41). A execução dos projetos foi iniciada em 2016 e finalizada em 2020. Foram contratados 22 técnicos de campo para atender as 1.440 famílias de Agricultores/as Familiares. O trabalho desenvolvido pela FUNDIFRAN teve como foco a produção de base agroecológica e o envolvimento das mulheres nos processos produtivos e de gestão;
- Superintendência Baiana de ATER (BAHIATER/SDR)⁶¹: Seleção da FUNDIFRAN no edital de 2016 para execução de ATER na Bacia do Rio Grande (Lote 05). Projeto que atendeu mais de 720 famílias de Agricultores/as Familiares nos municípios de Barreiras, Baianópolis, Riachão das Neves e São Desidério. Iniciou-se em junho de 2017 e finalizou em abril de 2022. As atividades ficaram suspensas durante 12 meses devido à Pandemia de COVID-19.

Além destes, destacamos:

- Bahia Produtiva/CAR/SDR⁶²: A FUNDIFRAN foi selecionada no Edital da CAR – Projeto Bahia Produtiva, financiamento do Estado através do Banco Mundial, para atender a 12 Grupos Produtivos do Território Velho Chico e realizar a formação técnica de 24 Agentes Comunitários Rurais (técnicos de ATER das comunidades). O projeto iniciou-se em abril de 2017 e se encerrou em 30/12/2021, por conta de sua paralisação devido à Pandemia de COVID-19;
- BAHIATER/SDR⁶³: A FUNDIFRAN foi selecionada no edital de ATER Mulheres Rurais em 2018, iniciando o projeto em 01/10/2020. O projeto previu assessoria técnica para 540 mulheres no Velho Chico (Lote 08). O projeto tem como foco a agroecologia e a formação política de mulheres.

É importante ressaltar que todos os projetos de ATER executados pela FUNDIFRAN em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), têm como foco cinco aspectos essenciais: 1. Produção de Base Agroecológica; 2. Fortalecimento da Economia Solidária através do beneficiamento e do acesso a mercados convencionais e institucionais; 4. Segurança Alimentar e Nutricional; 5. Acesso às Políticas Públicas.

A partir do Golpe de 2015, veio o Governo Temer e a eleição, em 2018, do Governo Bolsonaro. Governos estes antidemocráticos e neofascistas que retrocederam as políticas públicas drasticamente. Com a gestão do último governo, foram sucateadas as políticas de tecnologias sociais, ATER, Cultura e Desenvolvimento Territorial. A política de ATER foi executada apenas com recursos do Governo do Estado, do Fundo de Combate à Pobreza.

Em 2020, a FUNDIFRAN contava com 11 profissionais no Território da Bacia do Corrente com escritório de apoio em Santa Maria da Vitória; 11 profissionais na Bacia do Rio Grande com escritório de apoio em Barreiras; 11 profissionais no Território Velho Chico, com escritório de apoio em Bom Jesus da Lapa; além de sete profissionais no escritório sede de Ibotirama, totalizando 40 profissionais, dos quais cinco são da área de engenharia agrônômica, um é engenheiro ambiental, quatro são pedagogos, 28 são técnicos agrícolas, em agroecologia e agropecuária, um é auxiliar e uma é contadora.

Diante deste contexto, a FUNDIFRAN buscou, nesta última década, participar de todos os editais (estaduais e federais) que surgiram e captar recursos nacionais para a sustentabilidade de suas ações na região Oeste da Bahia. Assim, pode-se afirmar que neste período as fontes financiadoras os valores dividiram-se em: Governo Estadual 91,40%; Governo Federal 7,96%; Recursos Próprios 0,64%. O montante médio executado anualmente entre 2011 a 2021 foi de R\$ 1.680.814,58. A captação de recurso neste período, comparando com o período de 2005 a 2010, ampliou-se em 81,95%.

Do ponto de vista dos programas, dividiu-se dessa forma: 1. Desenvolvimento Institucional - 0,64%; 2. Cultura e Cidadania - 1,09%; 3. Controle Social das Políticas Públicas - 5,67%; 4. Tecnologias Sociais (AFC) - 30,54%; 5. Assessoria Técnica e Extensão Rural (AFC) - 62,06%.

No entanto, torna-se um grande desafio para a FUNDIFRAN tornar-se independente do aporte de recursos públicos do Estado da Bahia. Uma situação que pode ficar totalmente fragilizada se ocorrer qualquer mudança política nas eleições de 2022.

Gestões e Reformas Estatutárias

A FUNDIFRAN em toda a sua existência realizou nove Assembleias Gerais Extraordinárias⁶⁴ para reformular e adequar os seus Estatutos Sociais. Algumas por questões institucionais relacionadas à Instituidora, outras por exigência do Ministério Público, do Novo Código Civil e, por último, devido à Lei do Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC), em 2017.

A gestão da FUNDIFRAN passou pelas mãos de várias pessoas que se empenharam na execução de sua missão, tanto das diretorias executivas, como nas do conselho curador, conselho fiscal e conselho deliberativo. Em toda a sua trajetória, a direção executiva dividiu-se desta forma: 1. Pe. Luiz Ferdinando Tôres da Costa e Silva (1973-1978); D. Orlando Dotti, bispo diocesano (1978 -1983); Dr. José Carlos Barbosa (1983-1990); Dr. Tarcísio Machado Rocha (1990-1996); Tomé Carneiro da Silva (1996-2000); Edmilton Cerqueira (2000-2003); José Marcelino da Silva (2003-2008); Taciana de Oliveira Carvalho (2008-2009); Dermeval Gervásio de Oliveira (2009-2014); Boaventura Gomes Almeida (2014-2020); e Clidenor José dos Santos (2020-2023). No atual estatuto, a FUNDIFRAN tem como órgãos: Assembleia Geral (consultiva); Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

A FUNDIFRAN e seus 50 anos

Nos cinquenta anos de sua história a FUNDIFRAN teve em seus quadros muitas pessoas que contribuíram para a sua existência, ajudaram na sua construção e enfrentaram desafios, colaborando ora como dirigentes, ora como assessores técnicos. O fato de chegar até aqui foi graças ao compromisso e empenho de todos e todas que dispuseram do seu tempo, de seu trabalho na luta pelos direitos e de alguns que tiveram a sua vida ceifada na luta por uma sociedade justa e solidária, a exemplo de Josael de Lima (Jota). No entanto, o seu cinquentenário permanece uma questão crucial. A FUNDIFRAN continua sendo necessária enquanto houver as desigualdades sociais, fome, miséria, preconceito contra a Mulher, contra o Indígena, o Negro... enquanto forem negados os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras... enquanto tivermos pessoas sem Terra, sem segurança alimentar e sem Água... a sua Missão continua latente com a mesma motivação quando da sua criação.

O registro de sua memória histórica nesta “Coleção 50 Anos” fortalece a todos os/as colaboradores/as desta instituição quanto aos enfrentamentos nesta conjuntura, onde a “democracia” está totalmente fragilizada, refletindo na política e na economia do país. Tudo isso convida, coletivamente, a uma

reflexão sobre diversas questões relacionadas ao futuro da FUNDIFRAN: Qual o seu papel neste novo cenário político? Onde buscar a sustentabilidade financeira de seus programas e projetos? Como adequar a sua metodologia de trabalho à nova era da comunicação no pós Pandemia?

A história é viva, pulsa e contínua. É urgente pensar em novas estratégias, novas ações, sem perder os seus princípios institucionais, com visão de futuro e na diversidade de fontes apoiadoras. Desta forma, em breve será possível celebrar mais 10 anos, mais 10 anos... e assim, sucessivamente. A FUNDIFRAN está viva e atuante.

Notas:

²⁴ Natural de Brotas de Macaúbas/BA, ex-educador da ECR e Diretor da FUNDIFRAN, com formação em Administração e com Especialização em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia.

²⁵ Correspondência da CEBEMO datada de 30/11/1983 referente ao plano trienal de 1984/1986.

²⁶ IV Plano Trienal (1988-1990), elaborado em 21/08/1987, p. 16.

²⁷ FUNDIFRAN: **Um Desafio**, Uma Experiência – 1973 a 1975. Documento interno publicado em 1º de maio de 1976, p. 22.

²⁸ Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 1978.

²⁹ IV Plano Trienal 1988 -1990, elaborado em 21/08/1987, p. 23

³⁰ FUNDIFRAN. **Um Desafio**. Uma Experiência – 1973 a 1975. Documento interno publicado em 1º de maio de 1976, p. 39.

³¹ QUEIROZ JÚNIOR, Luiz Gonzaga. **FUNDIFRAN**: passado, presente e futuro. Muitas incertezas e poucas alternativas. Ibotirama, 1990.

³² Entrevista com Cláudio Lasa, ex-técnico da FUNDIFRAN, realizada por telefone em 21/04/22.

- ³³ Entrevista com Clidenor José dos Santos, diretor da FUNDIFRAN, realizada em Ibotirama em 20/04/2022.
- ³⁴ Relatório de Atividades 1997, 1998 e 1999.
- ³⁵ Correspondência da BILANCE datada de 06/10/1998.
- ³⁶ Relatório Final – projeto trienal 1998/2001, publicado em 31/12/2001.
- ³⁷ Projeto Trienal 2002-2004.
- ³⁸ Correspondência da CORDAID datada de 25/10/2001.
- ³⁹ Correspondência da CORDAID datada de 13/03/2006.
- ⁴⁰ Correspondência da CORDAID datada de 12/12/2006.
- ⁴¹ Relatório APL CODEVASF - Estruturação de Arranjo Produtivo Local da Apicultura, dezembro de 2005.
- ⁴² Relatório projeto PETROBRÁS/FOME ZERO, 2006.
- ⁴³ Planos de Trabalhos SDT/MDA, 2004.
- ⁴⁴ Relatórios CESE, 2004.
- ⁴⁵ Relatório MIVA, 2005.
- ⁴⁶ Carta Compromisso entre FUNDIFRAN/RITS, 2002.
- ⁴⁷ Relatório de avaliação financeira do programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), janeiro de 2006.
- ⁴⁸ Relatório Final SAF/MDA, 2009.
- ⁴⁹ Relatório Final SEAP - Saberes das Águas, julho de 2010.
- ⁵⁰ Projeto Horizonte 3000, 2003.
- ⁵¹ Projeto GTZ.

⁵² Plano de Comunicação e Captação de Recursos 2005.

⁵³ Carta datada de CORDAID, 2005.

⁵⁴ Lei Federal 12.188 de 11 de janeiro de 2010.

⁵⁵ Lei Estadual 12.372 de 12 de dezembro de 2011.

⁵⁶ Contrato de Repasse n. 33769;2010 - SDT/MDA

⁵⁷ Edital Chamada Publica n. 26/2010 – DPPMQ/MDA

⁵⁸ Autorização de Prestação de Serviços – APS, 11/09/2014.

⁵⁹ Autorização de Prestação de Serviços – APS, 17/09/2014.

⁶⁰ Chamada Pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2015.

⁶¹ Chamada Pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2016.

⁶² Proposta financeira FIN-1 – Bahia Produtiva, 2017.

⁶³ Chamada pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2018.

⁶⁴ Livro de Ata das Assembleias Gerais da FUNDIFRAN.

ENTREVISTADOS

- Alberto Casagrande, ex-técnico da FUNDIFRAN, entrevista realizada em 08/04/2022.
- Clidenor José dos Santos, Diretor da FUNDIFRAN, entrevista realizada em 20/04/22.
- Cláudio Lasa, ex-técnico da FUNDIFRAN, entrevista realizada em 21/04/22.

REFERÊNCIAS

ASCONTEC. **Projeto ponto de cultura “Tarrafa Cultural”** - SECULT, 2009.

BAHIATER/SDR. **Edital Chamada Pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2015**

BAHIATER/SDR. **Edital Chamada Pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2016**

BAHIATER/SDR. **Edital Chamada pública ATER/BAHIATER/SDR n. 01/2018**

DPPMQ/MDA. **Edital Chamada Publica n. 26/2010, 2010.**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei Federal 12.188** de 11/01/2010

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Lei Estadual 12.372** de 12/12/2011

FUNDIFRAN. **Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias da FUNDIFRAN** de 1978.

FUNDIFRAN. **Autorização de Prestação de Serviços – APS, 11/09/2014**

FUNDIFRAN. **Autorização de Prestação de Serviços – APS, 17/09/2014**

FUNDIFRAN. **Correspondência da CEBEMO** de 30/11/1983.

FUNDIFRAN. **Correspondência da BILANCE** de 06/10/98.

FUNDIFRAN. **Correspondências da CORDAID**, 2001, 2005 e 2006.

FUNDIFRAN. **Carta Compromisso entre Fundifran/Rits**, 2002.

FUNDIFRAN. **Contrato de Repasse n. 33769/2010 – SDT/MDA**

FUNDIFRAN. **IV Plano Trienal 1988-1990**

FUNDIFRAN. **Livro de Ata das Assembleias Gerais.**

FUNDIFRAN. **Projeto da VII edição da Campanha em Defesa do Velho Chico.**

FUNDIFRAN. **Plano de Comunicação e Captação de Recursos**, 2003-2004.

FUNDIFRAN. **Plano de Comunicação e Captação de Recursos**, 2005.

FUNDIFRAN. **Plano de Trabalho – SEMARH**, 2005.

FUNDIFRAN. **Planos de Trabalhos, SDT/MDA**, 2004.

FUNDIFRAN. **Projeto Horizonte 3000**, 2003

FUNDIFRAN. **Projeto GTZ**, 2007.

FUNDIFRAN. **Projeto “Semana dos Cordelista” edição 1-** BNB, 2011

FUNDIFRAN. **Projeto da XII SRSF – Minc**, 2012.

FUNDIFRAN. **Projeto “Rede de Cooperação Cultura do Velho Chico”** Ed. 1: SECULT, 2014

FUNDIFRAN. **Projeto “Rede de Cooperação Cultura do Velho Chico”** Ed. 2 Minc, 2015.

FUNDIFRAN. **Projeto “Semana dos Cordelista” edição 2 -** Ministério da Cidadania, 2019.

FUNDIFRAN. **Proposta financeira FIN-1 – Bahia Produtiva/CAR/SDR**, 2017.

FUNDIFRAN. **Projeto Trienal 2002/2004**.

FUNDIFRAN. **Relatório de Atividades 1997, 1998 e 1999**.

FUNDIFRAN. **Relatório Final – projeto trienal 98/2001 –** publicado em 31/12/2001

FUNDIFRAN. **Relatório de atividades** de 2004, datado de 30/04/2005.

FUNDIFRAN. **Relatório APL CODEVASF**, dez de 2005

FUNDIFRAN. **Relatório projeto PETROBRÁS/FOME ZERO**, 2006.

FUNDIFRAN. **Relatórios CESE**, 2004

FUNDIFRAN. Relatório MIVA, 2005.

FUNDIFRAN. **Relatório de avaliação financeira do PDI, jan de 2006.**

FUNDIFRAN. **Relatório Final SAF/MDA, 2009.**

FUNDIFRAN. **Relatório Final SEAP – Saberes das Águas, julho, 2010.**

FUNDIFRAN. **Um Desafio. Uma Experiência – 1973 a 1976, maio de 1976.**

QUEIROZ JÚNIOR. **Passado, presente e futuro.** Muitas Incertezas e poucas alternativas, 1990.

<https://www.todamateria.com.br/plano-collor/> - visitado em 19/04/2022.



Atividade do Projeto Rede de Cooperação Cultural
Quilombo Tomé Nunes (Malhada-BA)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este documento concluímos o **Volume 1** da “**Coleção 50 anos da FUNDIFRAN**”. Registros estes que dão uma noção clara da trajetória da FUNDIFRAN no apoio à luta e resistência das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do São Francisco.

Nele contextualizamos a criação da FUNDIFRAN no período da “Ditadura Militar”, as suas ações, conflitos e a sustentabilidade de seus projetos de intervenção na região do Médio São Francisco, registrando os seus 50 anos de trajetória e resistência do seu trabalho na Bacia do Rio São Francisco. Relatos relevantes trazendo a influência do “Projeto FUNDIFRAN” em outros Países; artigo contextualizado o histórico e contradições da entidade; informações a respeito de seus projetos trienais e redirecionamento de suas ações no contexto político e econômico da época; e os desafios no processo de captação de recursos a partir de 2005, ano que a instituição passou a não mais dispor de aporte financeiro da Cooperação Internacional.

Da mesma forma os relatos e artigos trouxeram com muita clareza e legitimidade das informações colhidas em depoimentos e vivência das pessoas que conviveram e convivem com o dia a dia da Instituição, permitindo com isso os registros do conhecimento de suas fases históricas, desde a sua fundação até os dias de hoje. Contudo, temos a consciência que tudo que foi registrado não são suficientes diante da riqueza do histórico desta instituição, mas sistematiza fatos e elementos suficientes para uma análise inicial do cinquentenário da FUNDIFRAN.

Neste contexto, a “Coleção 50 anos da FUNDIFRAN” é uma tentativa de se aproximar, através dos registros históricos, a trajetória da FUNDIFRAN nesta região do País. Com isso, o próximo volume tratar-se-á das ações da Entidade quanto às Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, intitulado: **Resistência, Luta e Conquistas das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto do Território Velho Chico – Volume 2**, visualizando as ações da FUNDIFRAN nesta luta tão relevante para o Estado da Bahia.



**#VIRE
CARRANCA**



Realização:



Apoio:

